

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Movimento de auditores deve elevar estoque bilionário de processos do Carf ..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Entre os estados, só 17 seguiram regras da União ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Regras desiguais ..... 7

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Mesmo com reforma, alguns estados têm idade mínima para aposentadoria menor que a da União, mostra estudo ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Selic a 15% terá um impacto muito forte , diz presidente da CBIC ..... 11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estudo projeta que evangélicos serão 35,8% em 2026 ..... 16

PORTAL R7 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inflação entre 4% e 5% está dentro da normalidade para Plano Real, diz Haddad ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil deve ter prudência para não ser alvo relevante de Trump (Editorial) ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF analisa inclusão de tributos no cálculo do ISS ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Câmara pagou R\$ 4,6 mi em reembolso ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação alta pressiona orçamento e reduz renda disponível das famílias ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Classes D e E têm folga de renda mais corroída pela alta dos preços ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

Centro e centro-direita dominam 18 Legislativos nos Estados e no DF ..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Trump e o Fed - HENRIQUE MEIRELLES ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O "suco amargo" da dívida pública (Editorial) ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

A inflação de alimentos incomoda - e as pressões não se limitam a ela - SERGIO LAMUCCI  
..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Era Trump leva governo a recalibrar política externa ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

PIB mais fraco é consenso, mas ritmo é dúvida ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Brasil ruma para até dois anos de estagflação, diz UBS BB ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
ECONOMIA

Vilão da inflação em 2024, preço da carne bovina começa a recuar ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Mercado revê apostas para Selic com sinais de esfriamento da atividade ..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
POLÍTICA

Reforma ministerial é mais problema do que solução ..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

CPIs de temas sensíveis para o governo Lula estão nas mãos de Alcolumbre ..... 47

# Movimento de auditores deve elevar estoque bilionário de processos do Carf

**Guilherme Pimenta De Brasília**

Integrantes do Ministério da Fazenda avaliam que os impactos da greve da **Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** são, por ora, reduzidos, mas admitem que o estoque do órgão, que caiu no último ano com a aceleração dos julgamentos represados, deve voltar a subir.

O impacto ainda é considerado limitado porque os conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que aderiram ao movimento paredista, continuam participando dos julgamentos no **Carf**, mas não estão pautando processos em que são relatores, principalmente os casos de maior valor.

Assim, quando um conselheiro dos contribuintes é relator de um processo, o caso continua indo a julgamento. Ao final de 2024, o **Carf** fechou o ano com um estoque de R\$ 990 bilhões, com 72 mil processos a serem julgados - no início da gestão do ministro Fernando Haddad na Fazenda, o estoque do **Carf** chegou a R\$ 1,1 trilhão.

Além disso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não pretende, neste momento, solicitar a retirada de processos de pauta até que a situação seja completamente resolvida. No passado, o órgão jurídico da Fazenda adotou essa estratégia, o que elevou ainda mais o estoque de julgamento.

O Sindifisco Nacional, sindicato que representa os auditores fiscais, estima que, em janeiro, deixaram de ser pautados no **Carf** processos que, juntos, somaram R\$ 51 bilhões. Para este mês, há uma expectativa de que os conselheiros representantes da Fazenda Nacional deixem de julgar quase R\$ 94 bilhões.

Eles alegam que houve des-cumprimento, pelo governo federal, de um acordo firmado com a categoria junto ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI). Segundo a entidade, há uma defasagem salarial de cerca de 28% desde o último acordo firmado entre o governo e a categoria, que ocorreu em 2019.

Em entrevista ao Valor, o presidente nacional do Sindifisco, Dão Real, disse que está otimista por uma solução rápida para o cumprimento do acordo, mas destacou que o movimento pode ser ampliado caso o

governo Lula não dê as respostas desejadas pelos auditores fiscais.

"Temos confiança de que esse problema será solucionado rapidamente, pois os efeitos da greve são dramáticos", defendeu o presidente da entidade.

Segundo ele, apesar de o principal descumprimento ter sido em relação à defasagem salarial, outros pleitos da categoria não foram atendidos, como a reestruturação da carreira e a diferença salarial entre servidores ativos e aposentados.

No orçamento deste ano, ainda pendente de votação no Congresso Nacional, a equipe econômica estima uma arrecadação de R\$ 28,8 bilhões com o **Carf**. Esse número, no entanto, deve ser reduzido já no primeiro relatório bimestral de despesas e receitas de março, conforme integrantes da **Receita Federal** já anunciaram publicamente, diante do fracasso com a arrecadação a partir de julgamentos no órgão no último ano.

Dados da **Receita Federal** no fim de janeiro mostraram que o governo arrecadou somente 0,5% do previsto com o **Carf** no ano passado. Foram arrecadados R\$ 307 milhões, ante uma previsão que chegou a ser inflada a R\$ 55,6 bilhões com o restabelecimento do voto de qualidade pró-Fazenda no órgão recursal ainda em 2023.

Ainda que a Fazenda conte cada vez menos com os recursos oriundos do **Carf** para alcançar as metas de resultado primário, há uma preocupação com possíveis impactos futuros da greve, já que um aumento do estoque pode desorganizar o funcionamento do órgão e gerar ainda menos recursos aos cofres do Tesouro Nacional.

Do ponto de vista da arrecadação, a Fazenda teme mais os impactos da greve em outras atribuições de arrecadação conduzidas pela **Receita Federal**. Além disso, outro forte ponto de preocupação são os impactos nas atividades de comércio exterior desempenhadas pelo Fisco.

Por outro lado, membros da pasta se resguardam em uma decisão de 2023 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aplicou multa de R\$ 1,35 milhão ao Sindifisco por descumprimento de uma ordem que

determinou a manutenção do número de auditores necessários para o funcionamento do **Carf**.

Na avaliação de Caio Quintel-la, sócio de Nader Quintella Advogados, ex-conselheiro da Câmara Superior do órgão, "ainda que estejamos diante de um funcionamento parcial do **Carf**, impactando metade dos julgamentos, isso é fruto de decisão do Sindicato, que poderia intensificar o movimento".

Ele alega que o movimento grevista "é uma questão exclusiva de descumprimento daquilo antes prometido expressamente pela Fazenda para cessar paralisação anterior".

Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda informou que não comentaria o movimento paredista e os impactos no **Carf**.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# Entre os estados, só 17 seguiram regras da União

**GERALDA DOCA E GLAUCE CAVALCANTI**

Do total de 26 estados mais Distrito Federal, apenas 17 equipararam as regras de seus regimes previdenciários às novas normas da União aprovadas na Reforma da Previdência de 2019, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para especialistas, unificar as regras em todo o serviço público é fundamental para conter o ritmo de crescimento das despesas com pessoal e evitar a deterioração das finanças dos governos regionais.

Entre os estados que acompanharam as principais mudanças estão Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Mas, em alguns governos estaduais, mesmo com as alterações ainda há regras mais brandas que as federais: apenas 14 têm o cálculo da aposentadoria semelhante ao da União.

Para os servidores federais, o benefício passou a ser calculado com base em 60% da média das contribuições, mais dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, que fez reforma, o valor é feito com base em 70% da média. Nos estados que não fizeram reforma, o valor da aposentadoria continua sendo integral (média de 100% das contribuições).

No caso da idade mínima, também há normas um pouco mais vantajosas em alguns estados que fizeram reforma. Na Bahia, a idade mínima de aposentadoria dos homens ficou em 64 anos e a das mulheres, em 61 anos. A regra para a União é de 65 e 62 anos, respectivamente.

Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão e Pernambuco, além do Distrito Federal, não reformaram as suas previdências.

Os autores do levantamento frisam que "diversos estados e alguns municípios já enfrentam severa restrição fiscal" e salientam que "a uniformização das regras é relevante do ponto de vista de desigualdade".

Até 2019, as regras de aposentadoria dos **servidores públicos** eram as mesmas nas três esferas da administração: União, estados e municípios. As reformas realizadas por governos anteriores não

trataram **servidores públicos** de maneira diferenciada.

O então presidente Jair Bolsonaro negociou com o Congresso retirar do texto estados e municípios, com o objetivo reduzir resistências ao texto final da proposta, que estava parada desde o governo Michel **Temer**.

Para Rogério Nagamine, pesquisador do Ipea e um dos autores do estudo, a decisão de levar adiante a Reforma da Previdência sem servidores das três esferas do país foi um equívoco.

-Virou uma confusão. É um absurdo um servidor civil de estado e município se aposentar antes que um trabalhador do setor privado (**INSS**). Não é justo-avalia o pesquisador do Ipea.

A Reforma da Previdência aprovada em 2019 não prevê punição para os entes federativos que não se adaptaram às mudanças. As duas únicas

exigências impostas foram a criação de **previdência complementar** aos regimes próprios e a definição de um percentual mínimo de contribuição dos servidores, de 14%.

## TEMPO PARA ADEQUAÇÃO

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação na Câmara dos Deputados que trata de débitos previdenciários previa um prazo de adequação de 18 meses para os entes federativos que ainda não adequaram seus regimes de previdência às regras aprovadas pela reforma de 2019 o façam, explica Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS** e especialista em Previdência e Orçamento. Uma vez esgotado o prazo e na ausência dessas adequações, o ente teria de adotar o regime da União.

- Não vejo outra alternativa. Mas isso foi retirado do texto. A saída é essa: dar um prazo para que os entes adotem regime igual ou, senão, similar em termos de impacto atuarial.

Rolim ressalta, porém, um desafio adicional:

-A Reforma da Previdência trouxe a prerrogativa de que é possível ampliar a base de contribuição de

aposentados e pensionistas como forma de compensar déficits, como usado por entes que suavizaram as regras da União em suas reformas previdenciárias. Mas parece que o Supremo (Tribunal Federal) vai derrubar isso -diz ele. -O município de São Paulo, por exemplo, teria menos R\$ 1 bilhão por ano com essa mudança.

"Virou uma confusão. E um absurdo um servidor civil de estado e município se aposentar antes que um trabalhador do setor privado (INSS)"

Rogério Nagamine, pesquisador do Ipea

"A saída é essa: dar um prazo para que os entes adotem regime igual ou, senão, similar em termos de impacto atuarial"

Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS e especialista em Previdência e Orçamento

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Regras desiguais

**GERALDA DOCA Colaborou Marcos Furtado**

As regras mais rígidas para se aposentar no país, em vigor há cinco anos, ainda não chegaram a todos os municípios. Estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que apenas 37% das prefeituras que têm regime próprio de Previdência fizeram uma reforma ampla desde 2019, seguindo as mudanças aprovadas para os servidores federais naquele ano.

Ao todo, 2.108 cidades possuem regime próprios de aposentadoria, mas somente 771 mudaram significativamente as regras. Entre as capitais foram 11, como São Paulo e Vitória. As prefeituras que não dispõem de sistemas previdenciários próprios estão no regime geral do **INSS**.

O estudo do Ipea, dos pesquisadores Rogério Nagamine e Bernardo Schettini, levou em consideração alterações nas normas que contemplassem ao menos 80% das mudanças feitas na Reforma da Previdência de 2019. Entre as mais importantes está a idade mínima para se aposentar, de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

De acordo com dados do site do Ministério da Previdência, entre as capitais que não seguiram ao menos 80% das alterações aprovadas há cinco anos estão Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Procuradas neste domingo, as prefeituras das duas cidades não responderam até o fechamento desta edição.

A adesão a essas regras não era obrigatória pelos governos estaduais e prefeituras, salientam os especialistas. A Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que instituiu a Reforma da Previdência para servidores federais só obrigou os entes federativos a criarem regimes de **Previdência complementar** e a ajustarem a alíquota de contribuição, seja a progressiva adotada pela União (7,5% a 22%) ou uma taxa mínima de 14%. Isso foi feito no Rio, por exemplo.

## ARTIGO DERRUBADO

Mas, sem endurecer mais as regras, o equilíbrio entre receitas e despesas se mantém apertado. De acordo com o Ministério da Previdência, as despesas com benefícios previdenciários dos municípios, passou de R\$ 56,9 bilhões em 2019 para R\$ 82,1 bilhões em 2023 (últimos dados consolidados). A receita em 2023 foi praticamente igual ao gasto, R\$ 82,6 bilhões.

Na avaliação de Nagamine, a tendência é de alta de despesas, devido ao envelhecimento da população.

- Os municípios e estados ficam pedindo refinanciamento, renegociação de dívida, desoneração da folha, mas não fazem a parte deles, uma ampla reforma.

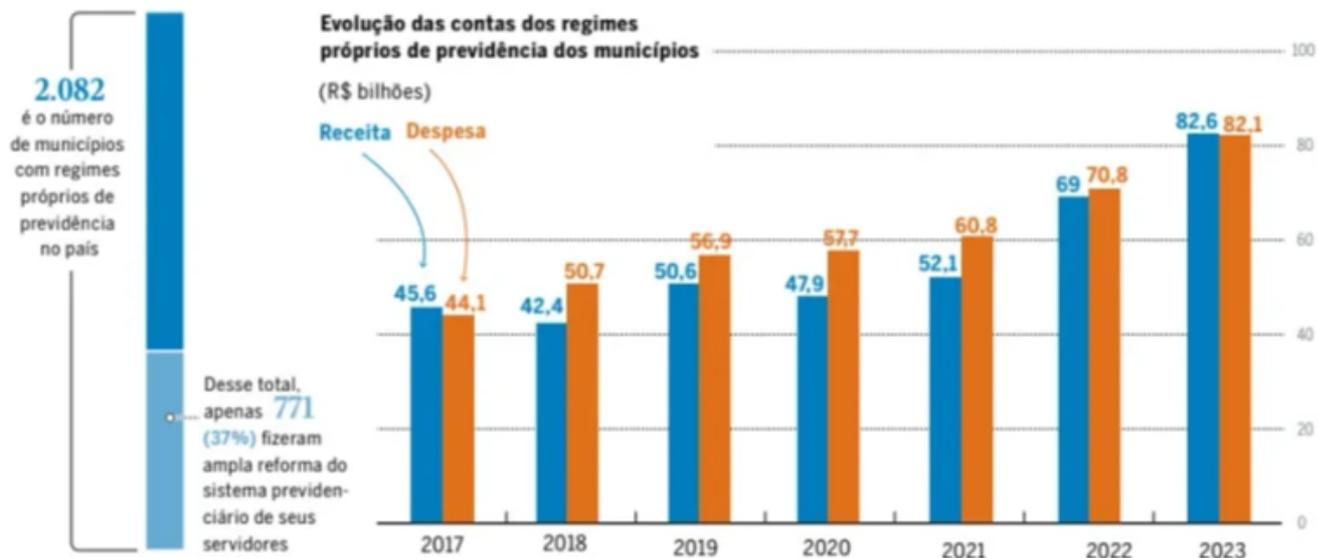
Com o caixa pressionado, prefeituras tentam refinar suas dívidas com a União. Uma PEC em tramitação na Câmara dos Deputados propõe o parcelamento dos débitos previdenciários. O projeto já passou pelo Senado, onde foi incluído um artigo que enquadrava servidores de estados e prefeituras nas mesmas regras dos funcionários públicos da União. Mas a exigência foi derrubada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

-Vamos atuar para incluir (o artigo excluído) durante a tramitação da proposta na comissão especial e contamos com o apoio do governo para aprovar essa PEC - disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkosk.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## CONTA DIFÍCIL DE FECHAR

Frágil equilíbrio entre receita e despesa ameaça sustentabilidade das previdências municipais no longo prazo



Fonte: Ipea e Ministério da Previdência Social

EDITORIA DE ARTE

# Mesmo com reforma, alguns estados têm idade mínima para aposentadoria menor que a da União, mostra estudo

Por Geralda Doca e Glauce Cavalcanti - Brasília e Rio

Do total de 26 estados mais Distrito Federal, apenas 17 equipararam as regras de seus regimes previdenciários às novas normas da União aprovadas na Reforma da Previdência de 2019, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para especialistas, unificar as regras em todo o serviço público é fundamental para conter o ritmo de crescimento das despesas com pessoal e evitar a deterioração das finanças dos governos regionais.

Entre os estados que acompanharam as principais mudanças estão Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Mas, em alguns governos estaduais, mesmo com as alterações ainda há regras mais brandas que as federais: apenas 14 têm o cálculo da aposentadoria semelhante ao da União.

Para os servidores federais, o benefício passou a ser calculado com base em 60% da média das contribuições, mais dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, que fez reforma, o valor é feito com base em 70% da média. Nos estados que não fizeram reforma, o valor da aposentadoria continua sendo integral (média de 100% das contribuições).

No caso da idade mínima, também há normas um pouco mais vantajosas em alguns estados que fizeram reforma. Na Bahia, a idade mínima de aposentadoria dos homens ficou em 64 anos e a das mulheres, em 61 anos. A regra para a União é de 65 e 62 anos, respectivamente.

## Restrição fiscal

Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão e Pernambuco, além do Distrito Federal, não reformaram as suas previdências.

Os autores do levantamento frisam que "diversos estados e alguns municípios já enfrentam severa restrição fiscal" e salientam que "a uniformização das regras é relevante do ponto de vista de desigualdade".

Até 2019, as regras de aposentadoria dos **servidores públicos** eram as mesmas nas três esferas da administração: União, estados e municípios. As reformas realizadas por governos anteriores não trataram **servidores públicos** de maneira diferenciada.

O então presidente Jair Bolsonaro negociou com o Congresso retirar do texto estados e municípios, com o objetivo reduzir resistências ao texto final da proposta, que estava parada desde o governo Michel **Temer**.

Para Rogério Nagamine, pesquisador do Ipea e um dos autores do estudo, a decisão de levar adiante a Reforma da Previdência sem servidores das três esferas do país foi um equívoco.

- Virou uma confusão. É um absurdo um servidor civil de estado e município se aposentar antes que um trabalhador do setor privado (**INSS**). Não é justo - avalia o pesquisador do Ipea.

A Reforma da Previdência aprovada em 2019 não prevê punição para os entes federativos que não se adaptaram às mudanças. As duas únicas exigências impostas foram a criação de **previdência complementar** aos regimes próprios e a definição de um percentual mínimo de contribuição dos servidores, de 14%.

## Tempo para adequação

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação na Câmara dos Deputados que trata de débitos previdenciários previa um prazo de adequação de 18 meses para os entes federativos que ainda não adequaram seus regimes de previdência às regras aprovadas pela reforma de 2019 o façam, explica Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS** e especialista em Previdência e Orçamento. Uma vez esgotado o prazo e na ausência dessas adequações, o ente teria de adotar o regime da União.

- Não vejo outra alternativa. Mas isso foi retirado do texto. A saída é essa: dar um prazo para que os entes

adotem regime igual ou, senão, similar em termos de impacto atuarial.

Rolim ressalta, porém, um desafio adicional:

- A Reforma da Previdência trouxe a prerrogativa de que é possível ampliar a base de contribuição de aposentados e pensionistas como forma de compensar déficits, como usado por entes que suavizaram as regras da União em suas reformas previdenciárias. Mas parece que o Supremo (Tribunal Federal) vai derrubar isso - diz ele. - O município de São Paulo, por exemplo, teria menos R\$ 1 bilhão por ano com essa mudança.

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/17/mesmo-com-reforma-alguns-estados-tem-idade-minima-para-aposentadoria-menor-que-a-da-uniao-mostra-estudo.ghtml>***

# Selic a 15% terá um impacto muito forte , diz presidente da CBIC

**Ana Dubeux +**

O ano de 2024 foi positivo para a construção civil, avalia o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia. O aumento de 20% nas vendas no mercado imobiliário e a redução do estoque de imóveis são resultados considerados relevantes para esse setor, que é um termômetro preciso da saúde econômica nacional.

O sucesso foi impulsionado pelas mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida, incluindo aumento de subsídios e a utilização do **FGTS**, além de investimentos em infraestrutura, que somaram R\$ 264 bilhões. Isso trouxe um crescimento considerável na geração de empregos no setor, como será demonstrado nesta segunda-feira (17/2), durante a divulgação dos indicadores imobiliários nacionais relativos ao quarto trimestre do último ano.

Entretanto, o presidente da CBIC expressa preocupação com 2025, especialmente em razão da alta da taxa de juros, que dificulta o acesso ao crédito. Renato Correia alerta, ainda, para a utilização do **FGTS** para outros fins, reduzindo os recursos disponíveis para a habitação. Confira os principais trechos da entrevista concedida ao Correio :

Como foi o ano de 2024 para a construção civil?

Bastante positivo. O mercado imobiliário vendeu 20% a mais do que em 2023, comparando os terceiros trimestres dos anos. Nós tivemos uma redução do estoque da ordem de 10%, e isso tudo se deve, em boa parte, às mudanças no Minha Casa, Minha Vida , ocorridas em julho de 2023, que tiveram reflexos positivos em 2024, com o aumento do teto do programa, utilizando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para R\$ 350 mil e também o aumento do subsídio para R\$ 55 mil. Isso colocou o Minha Casa, Minha Vida em condições de operar perante a renda da população. Há uma demanda muito forte, e o programa cresceu muito. E nós tivemos, no início de 2024, uma taxa Selic de 10,5%, o que também impulsionou a venda de apartamentos de médio e alto padrão, performando uma boa realização do setor imobiliário.

Quais os resultados na infraestrutura?

Quando a gente olha para a infraestrutura, 2024 foi um dos melhores anos. O Brasil investiu R\$ 264 bilhões em infraestrutura, sendo aproximadamente R\$ 64 bilhões entre os governos federal, estaduais e municipais, e cerca de R\$ 200 bilhões da iniciativa privada. Estamos falando de rodovias, saneamento básico, infraestrutura de comunicação e energia. O desdobramento disso é que o setor da construção civil do país empregava quase 3 milhões de pessoas com carteira assinada em 2024. É um cenário muito positivo.

O que preocupa em 2025?

O cenário para 2025 é desafiador para o país todo, e em especial para a construção civil, no que tange ao impacto da taxa básica de juros, a Selic . A expectativa de chegarmos a uma taxa básica de 15% ao ano tem um impacto muito forte no setor, porque usa muito dinheiro por muito tempo. Isso acaba onerando muito a produção de imóveis, aumentando o custo de produção, mas principalmente prejudicando o funding para a classe média quando se trata do setor imobiliário. Quando a Selic sobe, há uma retirada de recursos da caderneta de poupança. Nos últimos três anos, houve uma drenagem de R\$ 200 bilhões de recursos da caderneta de poupança, e, com a taxa Selic a 10,5%, havia sinais de recuperação. Com ela subindo de novo para 15%, é natural que haja novamente uma pressão de saída de recursos, o que implica menos dinheiro para a produção de imóveis para a classe média.

Haverá impactos em investimentos, certamente.

Teremos mais dificuldade de trazer novos contratos, pois com essas taxas de juros passa a ser mais interessante deixar o dinheiro aplicado no banco do que colocar em uma atividade produtiva. Esse impacto atinge duramente a classe média. A parte de infraestrutura não atinge tanto o Minha Casa, Minha Vida e o **FGTS**, porque têm taxas de juros fixas, já regulamentadas, são taxas administradas. Nos preocupa ainda a pressão de custo da mão de obra, porque prevemos que o emprego ainda continuará forte no país pelos contratos já vigentes da construção. E também o preço dos materiais, em função do dólar. Aço, cimento, alumínio, cobre, vidro, tudo isso tem uma pressão de custos de material, mão de obra e financeiro, o que vai impactando na margem

de lucro operacional das empresas. Esse cenário pode estimular, já no segundo semestre, uma diminuição de lançamentos, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida.

A lua de mel acabou?

A CBIC trabalha numa relação institucional com os governos, seja este, seja outro, sempre no diálogo técnico propositivo de solução de problemas, para que a gente possa entregar moradia e infraestrutura para a sociedade. Vamos continuar fazendo propostas. Fomos muito participativos na **reforma tributária**, que é positiva para o setor e para o país, porque vai trazer mais produtividade e mais competitividade. E temos que buscar avançar nos passos seguintes, avaliar como podemos reduzir o Custo Brasil, os custos administrativos, seja por meio de uma reforma administrativa, seja por outras alternativas. A CBIC sempre estará disposta ao diálogo técnico.

O **FGTS** é uma importante fonte de recursos para a habitação, mas tem sido utilizado para outros fins. Onde estão os problemas?

O **FGTS** é muito importante para a habitação de interesse social no Brasil. Originalmente, ele tem pelo menos duas funções importantes: a salvaguarda do trabalhador no momento da perda do emprego ou de uma calamidade; e o financiamento da habitação de interesse social e da infraestrutura e mobilidade. Como o deficit habitacional no país é resiliente - são cerca de 7 milhões de habitações em deficit habitacional, mesmo depois de um programa exitoso como o Minha Casa, Minha Vida, que completou 15 anos -, o deficit nominal continua muito forte no Brasil. Então, qualquer desvio da fonte de financiamento para a habitação de interesse social impacta muito a sociedade brasileira. A CBIC defende que os recursos do **FGTS** sejam aplicados até que a gente possa vencer esse desafio do deficit habitacional. Saques ordinários são, muitas vezes, aplicados no **FGTS**, como, por exemplo, a antecipação ou a alienação do **saque-aniversário**. Isso significa que o empréstimo bancário, antecipando 10, 20, 30 anos de **saque-aniversário**, inviabiliza o uso desse dinheiro emprestado em habitação.

Por que esses saques ordinários são prejudiciais ao **FGTS**?

Quando você aplica o dinheiro em habitação, é um financiamento. O dinheiro constrói e em seguida volta para o **FGTS**. Quando você realiza o empréstimo bancário com os recursos do **FGTS**, ele não volta para o fundo e não é aplicado em habitação. Isso representa R\$ 40 bilhões por ano. Representa muita habitação que deixa de ser feita para o trabalhador. Esse é um tema de muita preocupação para a CBIC. Tínhamos expectativas de que o consignado do

eSocial, que é uma forma de empréstimos para a sociedade brasileira por meio do eSocial, fosse substituir o empréstimo consignado do **FGTS**. O que a gente leu na imprensa é que as duas modalidades existirão, ou seja, haverá uma dificuldade da obtenção da habitação, pelo menos em R\$ 40 bilhões, enquanto existir essa modalidade da antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

O consignado com o **FGTS** é um mau negócio para o trabalhador?

Sobre o empréstimo consignado feito pelos bancos ao trabalhador no **FGTS**, é importante ressaltar que, no empréstimo de aproximadamente cinco anos, ou seja, antecipação de cinco anos do **saque-aniversário**, 40% do valor antecipado vai para os bancos e 60% fica com o trabalhador. O trabalhador entrega para os bancos, em juros, 40% do valor. Se a gente estender um pouco esse prazo para 11 anos, o trabalhador entrega 75% do valor para os bancos e 25% fica com ele. Então, essas são taxas bastante elevadas para o trabalhador, pois é um empréstimo que não tem risco nenhum para os bancos. É importante também ressaltar o desvio de função do **FGTS**, retirando a reserva patrimonial do trabalhador e induzindo-o a um empréstimo que não vai resolver nenhum dos problemas dele e, sim, agravá-los, pois vai afastá-lo da tão sonhada casa própria.

O que pode ser feito para a classe média adquirir um imóvel com mais facilidade?

A classe média precisa de financiamento para a aquisição da casa própria, e os recursos para esse financiamento normalmente vêm das poupanças, vêm das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), e outras ferramentas adicionais. Tanto a poupança quanto essas outras modalidades de investimento dependem muito de uma taxa Selic baixa para serem atrativas. Então, a única alternativa que a gente vê para compensar um pouco as perdas de disponibilidade de recursos seria a liberação do compulsório da poupança, algo em torno de R\$ 40 bilhões, para recompor a redução causada pelo aumento da taxa de juros. Essa é uma solução já pleiteada pela CBIC junto ao Banco Central, mas até o momento não tivemos esse pleito atendido. A gente tem expectativa de que possa ser atendido em 2025.

Qual a expectativa para a moradia à população de baixa renda?

O Minha Casa, Minha Vida é uma importante ferramenta. Ele foi remodelado, redesenhado e com uma seleção dos empreendimentos. Estima-se que tenhamos fechado o ano de 2024 com mais de 100 mil unidades habitacionais contratadas, e devemos fechar

o mês de janeiro com aproximadamente 40 mil obras em andamento. Temos entregado ao governo algumas avaliações para que a gente possa, entre a seleção e a execução da obra, encurtar os tempos de modo a atender mais e melhor essa população. A expectativa é de que o programa tenha continuidade com uma nova seleção já em 2025.

Como melhorar a participação do setor da construção civil em obras públicas?

As obras públicas são um importante ativo da sociedade brasileira. São os hospitais, as escolas, as rodovias. Recentemente, foi aprovada uma nova lei de licitação, que traz, em um dos seus dispositivos, a obrigatoriedade de não uso do pregão eletrônico para obras de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão. São obras muito complexas, com projetos variados de instalações elétricas, estrutura. É um produto muito complexo para se usar um leilão reverso, no qual você vai dando lances de desconto, diminuindo o preço ao limite, tornando esse preço inexecutável. Esse é um dos grandes problemas das obras paralisadas no Brasil. Mais de 40% das obras começam e não terminam. Muitas vezes, o desconto dado é grande demais, e a empresa não consegue concluir a obra.

Qual o posicionamento da CBIC?

Somos favoráveis a que obras de engenharia tenham a licitação feita pelo modo tradicional, que se chama modo fechado, no qual as empresas apresentam os preços, os documentos, na presença da Comissão de Licitação, e a definição de quem apresentou o menor preço. Não existe possibilidade de ir dando descontos adicionais. É isso que nós defendemos.

A informalidade ainda é um problema na construção civil? Como reduzir?

A informalidade é um problema no país, não só na construção civil. Nós temos 7 milhões de funcionários trabalhando na construção civil, algo em torno de 3 milhões com CLT e 4 milhões na informalidade. É um percentual muito alto, e a gente precisa criar novas condições de legislação para que haja a inclusão dessas pessoas na formalidade. É um debate que precisa ser feito com o Ministério do Trabalho, Ministério de Desenvolvimento Social, de forma a podermos avaliar novas ferramentas, novas legislações. Inclusive, avaliar se o próprio Bolsa Família acaba induzindo a pessoa a ter alguma atividade informal para não perder o benefício.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

O ano de 2024 foi positivo para a construção civil,

avalia o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia. O aumento de 20% nas vendas no mercado imobiliário e a redução do estoque de imóveis são resultados considerados relevantes para esse setor, que é um termômetro preciso da saúde econômica nacional.

O sucesso foi impulsionado pelas mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida, incluindo aumento de subsídios e a utilização do **FGTS**, além de investimentos em infraestrutura, que somaram R\$ 264 bilhões. Isso trouxe um crescimento considerável na geração de empregos no setor, como será demonstrado nesta segunda-feira (17/2), durante a divulgação dos indicadores imobiliários nacionais relativos ao quarto trimestre do último ano.

Entretanto, o presidente da CBIC expressa preocupação com 2025, especialmente em razão da alta da taxa de juros, que dificulta o acesso ao crédito. Renato Correia alerta, ainda, para a utilização do **FGTS** para outros fins, reduzindo os recursos disponíveis para a habitação. Confira os principais trechos da entrevista concedida ao Correio :

Como foi o ano de 2024 para a construção civil?

Bastante positivo. O mercado imobiliário vendeu 20% a mais do que em 2023, comparando os terceiros trimestres dos anos. Nós tivemos uma redução do estoque da ordem de 10%, e isso tudo se deve, em boa parte, às mudanças no Minha Casa, Minha Vida, ocorridas em julho de 2023, que tiveram reflexos positivos em 2024, com o aumento do teto do programa, utilizando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para R\$ 350 mil e também o aumento do subsídio para R\$ 55 mil. Isso colocou o Minha Casa, Minha Vida em condições de operar perante a renda da população. Há uma demanda muito forte, e o programa cresceu muito. E nós tivemos, no início de 2024, uma taxa Selic de 10,5%, o que também impulsionou a venda de apartamentos de médio e alto padrão, performando uma boa realização do setor imobiliário.

Quais os resultados na infraestrutura?

Quando a gente olha para a infraestrutura, 2024 foi um dos melhores anos. O Brasil investiu R\$ 264 bilhões em infraestrutura, sendo aproximadamente R\$ 64 bilhões entre os governos federal, estaduais e municipais, e cerca de R\$ 200 bilhões da iniciativa privada. Estamos falando de rodovias, saneamento básico, infraestrutura de comunicação e energia. O desdobramento disso é que o setor da construção civil do país empregava quase 3 milhões de pessoas com carteira assinada em 2024. É um cenário muito positivo.

O que preocupa em 2025?

O cenário para 2025 é desafiador para o país todo, e em especial para a construção civil, no que tange ao impacto da taxa básica de juros, a Selic. A expectativa de chegarmos a uma taxa básica de 15% ao ano tem um impacto muito forte no setor, porque usa muito dinheiro por muito tempo. Isso acaba onerando muito a produção de imóveis, aumentando o custo de produção, mas principalmente prejudicando o funding para a classe média quando se trata do setor imobiliário. Quando a Selic sobe, há uma retirada de recursos da caderneta de poupança. Nos últimos três anos, houve uma drenagem de R\$ 200 bilhões de recursos da caderneta de poupança, e, com a taxa Selic a 10,5%, havia sinais de recuperação. Com ela subindo de novo para 15%, é natural que haja novamente uma pressão de saída de recursos, o que implica menos dinheiro para a produção de imóveis para a classe média.

Haverá impactos em investimentos, certamente.

Teremos mais dificuldade de trazer novos contratos, pois com essas taxas de juros passa a ser mais interessante deixar o dinheiro aplicado no banco do que colocar em uma atividade produtiva. Esse impacto atinge duramente a classe média. A parte de infraestrutura não atinge tanto o Minha Casa, Minha Vida e o **FGTS**, porque têm taxas de juros fixas, já regulamentadas, são taxas administradas. Nos preocupa ainda a pressão de custo da mão de obra, porque prevemos que o emprego ainda continuará forte no país pelos contratos já vigentes da construção. E também o preço dos materiais, em função do dólar. Aço, cimento, alumínio, cobre, vidro, tudo isso tem uma pressão de custos de material, mão de obra e financeiro, o que vai impactando na margem de lucro operacional das empresas. Esse cenário pode estimular, já no segundo semestre, uma diminuição de lançamentos, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida.

A lua de mel acabou?

A CBIC trabalha numa relação institucional com os governos, seja este, seja outro, sempre no diálogo técnico propositivo de solução de problemas, para que a gente possa entregar moradia e infraestrutura para a sociedade. Vamos continuar fazendo propostas. Fomos muito participativos na **reforma tributária**, que é positiva para o setor e para o país, porque vai trazer mais produtividade e mais competitividade. E temos que buscar avançar nos passos seguintes, avaliar como podemos reduzir o Custo Brasil, os custos administrativos, seja por meio de uma reforma administrativa, seja por outras alternativas. A CBIC sempre estará disposta ao diálogo técnico.

O **FGTS** é uma importante fonte de recursos para a habitação, mas tem sido utilizado para outros fins. Onde estão os problemas?

O **FGTS** é muito importante para a habitação de interesse social no Brasil. Originalmente, ele tem pelo menos duas funções importantes: a salvaguarda do trabalhador no momento da perda do emprego ou de uma calamidade; e o financiamento da habitação de interesse social e da infraestrutura e mobilidade. Como o deficit habitacional no país é resiliente - são cerca de 7 milhões de habitações em deficit habitacional, mesmo depois de um programa exitoso como o Minha Casa, Minha Vida, que completou 15 anos -, o deficit nominal continua muito forte no Brasil. Então, qualquer desvio da fonte de financiamento para a habitação de interesse social impacta muito a sociedade brasileira. A CBIC defende que os recursos do **FGTS** sejam aplicados até que a gente possa vencer esse desafio do deficit habitacional. Saques ordinários são, muitas vezes, aplicados no **FGTS**, como, por exemplo, a antecipação ou a alienação do **saque-aniversário**. Isso significa que o empréstimo bancário, antecipando 10, 20, 30 anos de **saque-aniversário**, inviabiliza o uso desse dinheiro emprestado em habitação.

Por que esses saques ordinários são prejudiciais ao **FGTS**?

Quando você aplica o dinheiro em habitação, é um financiamento. O dinheiro constrói e em seguida volta para o **FGTS**. Quando você realiza o empréstimo bancário com os recursos do **FGTS**, ele não volta para o fundo e não é aplicado em habitação. Isso representa R\$ 40 bilhões por ano. Representa muita habitação que deixa de ser feita para o trabalhador. Esse é um tema de muita preocupação para a CBIC. Tínhamos expectativas de que o consignado do eSocial, que é uma forma de empréstimos para a sociedade brasileira por meio do eSocial, fosse substituir o empréstimo consignado do **FGTS**. O que a gente leu na imprensa é que as duas modalidades existirão, ou seja, haverá uma dificuldade da obtenção da habitação, pelo menos em R\$ 40 bilhões, enquanto existir essa modalidade da antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

O consignado com o **FGTS** é um mau negócio para o trabalhador?

Sobre o empréstimo consignado feito pelos bancos ao trabalhador no **FGTS**, é importante ressaltar que, no empréstimo de aproximadamente cinco anos, ou seja, antecipação de cinco anos do **saque-aniversário**, 40% do valor antecipado vai para os bancos e 60% fica com o trabalhador. O trabalhador entrega para os bancos, em juros, 40% do valor. Se a gente estender

um pouco esse prazo para 11 anos, o trabalhador entrega 75% do valor para os bancos e 25% fica com ele. Então, essas são taxas bastante elevadas para o trabalhador, pois é um empréstimo que não tem risco nenhum para os bancos. É importante também ressaltar o desvio de função do **FGTS**, retirando a reserva patrimonial do trabalhador e induzindo-o a um empréstimo que não vai resolver nenhum dos problemas dele e, sim, agravá-los, pois vai afastá-lo da tão sonhada casa própria.

O que pode ser feito para a classe média adquirir um imóvel com mais facilidade?

A classe média precisa de financiamento para a aquisição da casa própria, e os recursos para esse financiamento normalmente vêm das poupanças, vêm das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), e outras ferramentas adicionais. Tanto a poupança quanto essas outras modalidades de investimento dependem muito de uma taxa Selic baixa para serem atrativas. Então, a única alternativa que a gente vê para compensar um pouco as perdas de disponibilidade de recursos seria a liberação do compulsório da poupança, algo em torno de R\$ 40 bilhões, para recompor a redução causada pelo aumento da taxa de juros. Essa é uma solução já pleiteada pela CBIC junto ao Banco Central, mas até o momento não tivemos esse pleito atendido. A gente tem expectativa de que possa ser atendido em 2025.

Qual a expectativa para a moradia à população de baixa renda?

O Minha Casa, Minha Vida é uma importante ferramenta. Ele foi remodelado, redesenhado e com uma seleção dos empreendimentos. Estima-se que tenhamos fechado o ano de 2024 com mais de 100 mil unidades habitacionais contratadas, e devemos fechar o mês de janeiro com aproximadamente 40 mil obras em andamento. Temos entregado ao governo algumas avaliações para que a gente possa, entre a seleção e a execução da obra, encurtar os tempos de modo a atender mais e melhor essa população. A expectativa é de que o programa tenha continuidade com uma nova seleção já em 2025.

Como melhorar a participação do setor da construção civil em obras públicas?

As obras públicas são um importante ativo da sociedade brasileira. São os hospitais, as escolas, as rodovias. Recentemente, foi aprovada uma nova lei de licitação, que traz, em um dos seus dispositivos, a obrigatoriedade de não uso do pregão eletrônico para obras de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão. São obras muito complexas, com projetos variados de instalações elétricas, estrutura. É um produto muito

complexo para se usar um leilão reverso, no qual você vai dando lances de desconto, diminuindo o preço ao limite, tornando esse preço inexecutável. Esse é um dos grandes problemas das obras paralisadas no Brasil. Mais de 40% das obras começam e não terminam. Muitas vezes, o desconto dado é grande demais, e a empresa não consegue concluir a obra.

Qual o posicionamento da CBIC?

Somos favoráveis a que obras de engenharia tenham a licitação feita pelo modo tradicional, que se chama modo fechado, no qual as empresas apresentam os preços, os documentos, na presença da Comissão de Licitação, e a definição de quem apresentou o menor preço. Não existe possibilidade de ir dando descontos adicionais. É isso que nós defendemos.

A informalidade ainda é um problema na construção civil? Como reduzir?

A informalidade é um problema no país, não só na construção civil. Nós temos 7 milhões de funcionários trabalhando na construção civil, algo em torno de 3 milhões com CLT e 4 milhões na informalidade. É um percentual muito alto, e a gente precisa criar novas condições de legislação para que haja a inclusão dessas pessoas na formalidade. É um debate que precisa ser feito com o Ministério do Trabalho, Ministério de Desenvolvimento Social, de forma a podermos avaliar novas ferramentas, novas legislações. Inclusive, avaliar se o próprio Bolsa Família acaba induzindo a pessoa a ter alguma atividade informal para não perder o benefício.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/02/7062461-selic-a-15-tera-um-impacto-muito-forte-diz-presidente-da-cbic.html>

# Estudo projeta que evangélicos serão 35,8% em 2026

**LUÍSA MARZULLO**

Um levantamento da consultoria Mar Asset Management, divulgado no mês passado, projeta que os evangélicos representarão 35,8% da população em outubro de 2026. O cálculo foi feito a partir de dados da **Receita Federal** e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segmento é um dos principais pilares do bolsonarismo e tem resistido aos acenos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas últimas eleições, quando correspondiam a 32,1% da população, a intenção de voto às vésperas do segundo turno, medida pelo Datafolha, apontou que a maioria dos evangélicos votou em Jair Bolsonaro (PL). A época, 69% do segmento preferia Lula. Esse cenário ocorre desde 2018: Fernando Haddad (PT) tinha, no mesmo período, a intenção de voto de 31% dos evangélicos.

Segundo o cientista político Vinícius do Valle, diretor do Observatório dos Evangélicos, o distanciamento começou no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT). Um marco teria sido a divulgação do 32 Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que previa apoio a um projeto de lei para descriminalização do aborto. A proposta gerou forte reação entre lideranças religiosas, levando o governo a recuar.

## DESGASTE CRESCENTE

O desgaste se intensificou com o deputado Marco Feliciano (PL-SP), que é pastor, na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Ele passou a pautar projetos como a permissão para que psicólogos oferecessem "cura gay", sob protestos de ministros do governo Dilma e elogios das lideranças evangélicas. Enquanto essa agenda avançava, a reprovação de Dilma também crescia. Entre crises dentro e fora da igreja, o impeachment de Dilma foi aprovado com 92% de apoio na bancada evangélica.

Pesquisa Datafolha divulgada na última sexta-feira mostra que 48% dos evangélicos consideram que Lula tem feito um trabalho ruim ou péssimo. Na população em geral, esse percentual é de 41%. Nesse segmento religioso, 21% avaliam o governo como ótimo ou bom. Eram 26% em dezembro. Para 28%, a gestão petista é regular.

Desde o início de seu terceiro mandato, Lula enfrenta desconfiança do segmento, alimentada por fake news durante a campanha eleitoral de 2022, como a sobre supostos planos de fechamento de igrejas. Depois de eleito, Lula não conseguiu construir pontes com o segmento.

Os acenos feitos nestes dois primeiros anos passaram pela ampliação da imunidade tributária das igrejas. Apesar de prevista na Constituição, a **Reforma Tributária** expandiu os benefícios às associações ligadas aos templos. Especialistas consideram que essas iniciativas foram insuficientes para reverter o distanciamento.

- Há uma percepção generalizada de que o governo não é simpático aos evangélicos. O fluxo comunicacional contra a gestão é muito forte - diz Vinícius do Valle.

## TROPA BOLSONARISTA

Enquanto o governo encontra dificuldades para dialogar, pastores influentes que apoiaram Bolsonaro seguem marcando posição. O bispo Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, avalia que Lula governa prioritariamente para a esquerda e que o engajamento da primeira-dama, Janja da Silva, em pautas progressistas também pesou na rejeição evangélica.

- A maior parte do segmento não tem elos (com Lula) e com o preço dos alimentos, a votação dos evangélicos carentes, ligados aos programas sociais, tende a diminuir - disse ele.

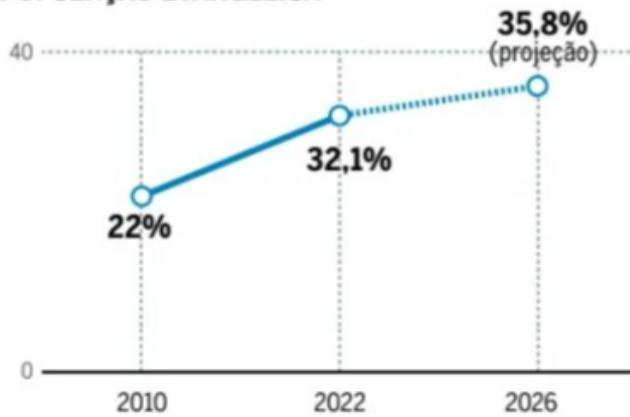
Já o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, destaca três episódios que, segundo ele, afastaram Lula do segmento: a revogação de portarias que dificultavam o aborto e duas declarações do presidente, uma contra o discurso de "costumes, família e patriotismo" e outra em que afirmou se orgulhar de ser chamado de comunista:

- A própria palavra de Lula está muito viva. São fatores ideológicos que mexem com as crenças do cristão e vamos lembrá-los durante as eleições.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

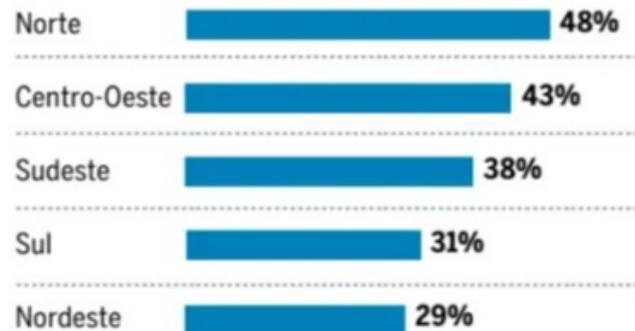
## MAPA DO SEGMENTO RELIGIOSO

### CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA



### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

(projeção)



Fonte: Pesquisa Mar Asset Management, com base em uma proxy com dados do IBGE e da Receita Federal

## INTENÇÃO DE VOTO

Pesquisas Datafolha feitas às vésperas do segundo turno

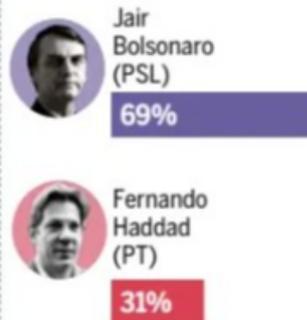
2010



2014



2018



2022



EDITORIA DE ARTE

# Inflação entre 4% e 5% está dentro da normalidade para Plano Real, diz Haddad

## **Economia/Do Estadão Conteúdo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ponderou nesta segunda-feira (17) que o Brasil tem uma **inflação** em torno de 4% a 5%, que está "relativamente" dentro da normalidade para o Plano Real, reforçando que o país deixou para trás o período em que os indicadores de preço superavam o patamar dos dois dígitos. Ele lembrou, ainda, que o câmbio e a valorização do dólar no mundo pressionaram a **inflação**. Isso exigiu a ação do Banco Central, que adotou uma política monetária contracionista para controlar a **inflação**.

Com a valorização do real ante o dólar nas últimas semanas, o ministro espera uma estabilização nos preços. Haddad participa do painel "Um caminho para a resiliência dos Mercados Emergentes" na Conferência do FMI (Fundo Monetário Internacional) em Al-Ula, na Arábia Saudita.

Ele defendeu, ainda, a **reforma tributária** sobre o sistema de consumo e disse que o ajuste fiscal que está em curso não é recessivo. No entendimento do ministro, esse ajuste garantiu uma taxa de crescimento próxima de 3,5% em 2024, mesmo com a elevação dos juros para garantir a convergência da **inflação** à meta. "O aumento das taxas será no curto prazo. O dólar voltou a um nível adequado e caiu 10% nos últimos 60 dias. Eu acho que isso vai fazer com que a **inflação** se estabilize", afirmou.

Ao iniciar sua fala, Haddad defendeu que o Brasil trabalha para encontrar um caminho de equilíbrio e sustentabilidade, mesmo encarando um ajuste fiscal importante e em meio a adversidades do cenário externo, como o fortalecimento do dólar.

O ministro também falou sobre a presidência do Brasil no G20, reforçando que o país defendeu uma reglobalização sustentável, não só dirigida pelos interesses de mercado, mas também pelo combate às desigualdades regionais e à distribuição de oportunidades econômicas.

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, que mediu o debate, reforçou no início de sua fala que o foco na resiliência ganhou relevância nos últimos anos com o aumento da frequência e intensidade dos choques. Por isso,

defendeu que as economias tenham capacidade para antecipá-los e também para absorver esses impactos.

Haddad disse que o país deve reunir algumas iniciativas que já foram tratadas no âmbito da presidência brasileira no G20 e intensificar o debate durante a COP30, que será realizada em Belém (PA) no segundo semestre. Ele destacou dois temas importantes: a integração dos mercados de crédito de carbono e o pagamento por serviços ambientais.

Em relação ao mercado de carbono, Haddad destacou a parceria com o FMI e disse que a discussão dos modelos de integração de mercado de carbono para evitar que países usem a crise climática para elevar barreiras comerciais como pretexto para proteção ambiental. Já sobre o pagamento de serviços ambientais, o ministro frisou que há muitas economias emergentes que gastam montantes consideráveis de recursos para manter suas florestas. Durante a presidência do G20, o Brasil reforçou a proposta do Fundo Florestas Tropicais para Sempre um fundo de investimento focado na preservação.

A intenção, segundo Haddad, é formatar a arquitetura desse fundo e aprofundar as discussões sobre os dois temas durante a COP30. Ele defendeu que essa é uma agenda importante e frisou que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de coincidir as agendas econômicas e sócio-ambiental. "Não parece que é impossível a conciliação desses interesses múltiplos em uma agenda que efetivamente demanda mais sustentabilidade física social e ambiental para o mundo", disse.

**Site:** <https://noticias.r7.com/economia/inflacao-entre-4-e-5-esta-dentro-da-normalidade-para-plano-real-diz-haddad-17022025/>

# Brasil deve ter prudência para não ser alvo relevante de Trump (Editorial)

O presidente Donald Trump tomou novas medidas que exigem paridade em relação às tarifas dos Estados Unidos com os países com os quais comercia. Seu efeito prático é definir unilateralmente quanto os demais países pagarão para ter acesso ao mercado americano, o maior do mundo, usando como paradigma o que eles cobram para que produtos americanos entrem nos seus. As regras, se é possível chamar assim o amálgama de condições que Trump quer impor, destroem o sistema do pós-guerra que deu origem à Organização Mundial do Comércio, e não são claras e objetivas.

Além de exigir do mundo que se adeque ao que os EUA estejam dispostos a pagar e cobrar para comprar e vender bens e serviços, Trump disse que irá levar em consideração outros critérios que se tomaram um pesadelo nas decisões de controvérsias multilaterais quando a OMC tinha autoridade: barreiras não tarifárias, estruturas domésticas de **impostos**, favorecimento a estatais etc. O governo americano, enfim, reserva-se o poder unilateral de discriminar países e produtos de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

O foco de Trump deixou de ser apenas a China, com a qual teve um déficit comercial de US\$ 439 bilhões em 2024, pouco menor que os US\$ 506 bilhões nas trocas com o México. As ameaças dos EUA incorporaram com força a União Européia, que, como bloco, vendeu US\$ 606 bilhões a mais do que comprou dos EUA. O Canadá, parceiro de acordo comercial, teve vantagem de US\$ 63 bilhões nessa relação. O Brasil é microscópico perto desses países. Os EUA tiveram superávit de US\$ 7,3 bilhões, um dos poucos que conseguiu obter, em importações totais de mercadorias brasileiras de US\$ 42 bilhões.

Por critérios razoáveis, o Brasil estaria relativamente bem protegido, no fim da fila das prioridades americanas. Mas já foi alvejado em suas vendas de aço e alumínio-sobretaxas de 25%, postergadas por um mês, e foi citado como exemplo negativo pelo imposto que cobra do etanol americano. Ao ter uma das maiores tarifas médias ponderadas do mundo, o Brasil tem grandes barreiras à entrada em seu mercado, o que dificulta as retaliações- os produtos têm proteção tão alta que tendem a ter papel complementar, raramente vital. Por outro lado, suas altas tarifas chamam a atenção de mercantilistas como

Trump.

A Amcham, câmara americana de comércio, não vê motivos para os EUA se preocuparem com o Brasil. Seus argumentos: a tarifa média nominal brasileira para o mundo é de 12,4%, mas a tarifa média efetiva ponderada sobre as importações americanas é de apenas 2,7%. A diferença se deve à "alta participação de produtos americanos com alíquota zero nas importações brasileiras, como aeronaves e suas partes, petróleo bruto e gás natural".

Em algumas das principais categorias de bens, destacam-se mais no protecionismo países que não estão entre aqueles com os quais os EUA tem os maiores déficits comerciais. Em taxação simples ou por média ponderada, a Índia bate todos - 17% e 12%, respectivamente, segundo a consultoria Capital Economics (Estadão, 14-2). A Coreia do Sul se destaca em seguida (13,4% e 8,4%), e depois o Brasil, com 11,2% e 6,7%.

Estimativas por categoria de produtos, feitas com base no Banco Mundial, trazem algumas conclusões mais benéficas ao Brasil. Na média geral de todos os produtos ninguém bate a Índia e a China, com o Brasil em quinto lugar, atrás de Argentina e Rússia. Na importação de alimentos, Turquia, Reino Unido e França ultrapassam o Brasil em proteção. Em manufaturas, porém, o país é o terceiro mais protegido entre 17 nações avaliadas, em metais é o segundo e em madeira, o terceiro (Financial Times, 14-2).

Um teste para as pretensões de "justiça tarifária" de Trump será a Argentina, que está entre os três primeiros do ranking de defesa das importações geral e em destaque em quase todas as seis categorias consideradas. O presidente argentino, Javier Milei, aliado de Trump, espera tirar vantagens de sua proximidade política, mas as estatísticas mostram que o vizinho do Mercosul joga há décadas em uma fechada retranca comercial.

O governo americano aplicará a "reciprocidade" em abril. Como os critérios considerarão outros quesitos, mais países podem estar no alvo de Trump. No mesmo dia em que Trump anunciou as medidas, ele recebeu Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia, e disse que fez acordos com ele - Modi deveria ficar preocupado, haja vista a maneira como o presidente

americano tem tratado seus aliados. Japão, Vietnã e Coréia do Sul não se saem bem à primeira vista. Mas um dos objetivos principais é dobrar a União Européia, que tem baixas tarifas de importação no geral, mas algumas muito altas para determinadas exportações americanas, como a de carros.

A "reciprocidade" tarifária impõe a cada país uma relação bilateral com os EUA, em espaço aberto a todo o tipo de discriminação, o contrário do sistema anterior baseado em regras vigente desde 1945. O Brasil tem bons argumentos para negociação se ingressar na linha de frente das investidas de Trump. Pelo seu peso, pode ser objeto de aumento de tarifas pontuais e que não sejam relevantes (exceto o aço) no total de sua pauta comercial. A prudência exibida até agora pelo governo Lula deve ser mantida.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# STF analisa inclusão de tributos no cálculo do ISS

**Luiza Calegari De São Paulo**

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar, em Plenário Virtual, um recurso que questiona a inclusão de **tributos** no cálculo do ISS - uma das discussões que surgiram com a chamada "tese do século". A ação defende a inconstitucionalidade da entrada do próprio ISS e do PIS e da Cofins na base do tributo municipal.

O processo em julgamento partiu de uma incorporadora imobiliária, que questiona o artigo 14 da Lei nº 1 3.701 /03, do município de São Paulo. O dispositivo fixa que a base de cálculo do ISS "é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente".

O problema, segundo o contribuinte, é que essa definição afronta o que dispõe a Lei Complementar nº 116, que fixa simplesmente que "a base de cálculo do imposto é o preço do serviço", sem fazer ressalvas ou equiparações.

A defesa da empresa, a cargo de Daniel Ávila Vieira, sócio do Locatelli Advogados, argumenta que o conceito do preço de serviço é o "valor cobrado pelos trabalhos prestados, como contra-prestação pela obrigação de fazer", o que não inclui os **tributos** incidentes sobre essa operação.

Para o advogado, a inclusão dos **impostos** na base de cálculo do ISS ofende o artigo 146, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, que determina que a "definição de **tributos** e de suas espécies" só pode ser feita por meio de lei complementar.

A inclusão dos **tributos** federais na base de cálculo do imposto municipal, de acordo com o tributarista, ofende o que o Supremo decidiu na chamada "tese do século" (RE 574706), que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, em 2017.

Desde esse julgamento, acrescenta, o Supremo vem adotando entendimentos diferentes para outros **tributos** e contribuições, como quando definiu que o ICMS compõe a base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

"Existem essas divergências que acabam confundindo o contribuinte, que fica sem ter uma linha clara sobre o

que é o preço do serviço, a receita bruta ou o faturamento", afirma o tributarista.

Em novembro de 2024, o ministro Gilmar Mendes, relator do caso, tinha negado seguimento ao pedido, em decisão monocrática. Ele destacou que a decisão questionada, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), entendeu que o conceito de "preço de serviço" equivale, sim, ao de "receita bruta", conforme expresso na lei municipal. O ministro afirmou que essa decisão está em consonância com a jurisprudência do Supremo.

Agora que o caso foi levado à 2ª Turma, o relator também lembrou que o tema já foi tratado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 190. Naquele caso, foi declarada a inconstitucionalidade de lei municipal que excluía valores da base de cálculo do ISS fora das hipóteses previstas em lei complementar.

Gilmar Mendes aponta, ainda, em seu voto, que o Supremo não pode analisar se o dispositivo da lei municipal fere a lei complementar nacional a respeito da exclusão de valores da base de cálculo do ISS, por conta da Súmula 280 da Corte. Ela impede a análise sobre ofensa ao direito local por meio de recurso extraordinário (ARE 1522508).

Segundo Daniel Ávila Vieira, no entanto, a ADPF 190 tratou do ISS em um contexto de guerra fiscal, tentando evitar que municípios reduzissem artificialmente a base de cálculo. O que se questiona, agora, é uma espécie de **inflação** da base, e a aplicação do mesmo entendimento da "tese do século".

Alessandro Batista, tributarista e sócio do escritório ABN Advogados, destaca que o caso da ADPF também era diferente, uma vez que pretendia excluir o ISS da base de cálculo de outros **tributos**. Segundo ele, o questionamento do contribuinte encontra amparo na regra constitucional que veda a bitributação.

"Em nome do equilíbrio jurisprudencial do respeito à coisa julgada e também respeito ao bom senso e moralidade institucional do STF, a decisão desse julgamento deve ser idêntica àquela proferida no RE 574.706 [tese do século]", defende o advogado.

Mariana Ferreira, coordenadora tributária do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, também acredita que o Supremo deveria prover o recurso para excluir ISS, PIS e Cofins da base de cálculo do imposto municipal, "sob pena de afronta ao conceito constitucional de faturamento".

Ela lembra que o Supremo também julga a inclusão dos mesmos **tributos**, mas na situação inversa, em um julgamento com repercussão geral. No Tema 118, o contribuinte pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O impacto desse julgamento foi estimado pela União em R\$ 35 bilhões, segundo anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ainda indica que existem 72 discussões derivadas da "tese do século" no STF, as chamadas "teses filhotes". Nos julgamentos já realizados, o placar tem sido favorável à União, mas há esperanças, segundo tributaristas, de que o pêndulo se movimente a favor do contribuinte em outros casos.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# Câmara pagou R\$ 4,6 mi em reembolso

» **ISRAEL MEDEIROS**

A Câmara pagou R\$ 4,6 milhões em reembolso de despesas médico-hospitalares em 2024, apesar de já oferecer um plano de saúde aos deputados e a seus dependentes. Desde 2019, foram reembolsados pelo menos R\$ 30 milhões aos parlamentares que preferiram recorrer à rede privada sem utilizar plano de saúde, segundo levantamento feito pelo Correio com dados públicos e via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em 2024, dos 513 deputados, 218 solicitaram reembolsos.

Desses, sete receberam valores superiores a R\$ 100 mil, que se somaram aos R\$ 44 mil de salário mensal e aos demais benefícios que cada parlamentar tem direito. Um deputado do Espírito Santo recebeu, sozinho, R\$ 482 mil ao longo de todo o ano. O menor valor acumulado foi de R\$ 183. Em 2023, o maior valor recebido por um deputado foi de R\$ 381 mil. Naquele ano, a Câmara desembolsou R\$ 4,9 milhões. O ato da Câmara que instituiu

os reembolsos é de março de 2013. Daquele ano até 2021, o valor máximo permitido por despesa médica para cada parlamentar era de R\$ 50 mil. Em março de 2021, no início do primeiro biênio da gestão do então presidente Arthur Lira (PP-AL), o político assinou um aumento de 170,8% no limite desses valores. Passou a ser de R\$ 135,4 mil. À época, Lira disse que o aumento era necessário por causa da alta da **"Inflação Médica"**.

A comodidade caiu nas graças dos parlamentares. Até deputados com discurso anti -privilégios fazem uso dos reembolsos. É o caso, por exemplo, do deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP), pelos discursos e propostas pelo fim dos supersalários e dos penduricalhos para agentes públicos.

Ele foi um dos autores, por exemplo, da proposta de emenda à constituição (PEC) de corte de gastos, alternativa apresentada no fim de 2024, quando o governo costurava um acordo para aprovar seu pacote. Ele recebeu R\$ 71 mil em reembolso com despesas médico-hospitalares em 2023 e 2024. Ao Correio, o parlamentar afirmou que, desde o primeiro mandato, defende a redução de privilégios e a transparência no uso do dinheiro público. "Os reembolsos que solicitei foram exclusivamente para despesas essenciais ao exercício do mandato, dentro das regras estabelecidas pela Câmara. Nunca usei

verba pública para luxos ou gastos supérfluos", rebateu.

Kataguirí comentou ainda que "a verdadeira incoerência está no sistema atual, que permite abusos e privilégios". Segundo o deputado, a PEC do equilíbrio fiscal, apresentada por ele, procura corrigir o problema ao propor, entre outras medidas, a limitação dos recursos destinados às emendas parlamentares que, segundo ele, "já estão desenfreadas, em alguns casos sem transparência, servindo como moeda de troca política e instrumento eleitoreiro".

"Também defendo a PEC An-tiprivilégios, que reduz abusos no funcionalismo público, acabando com penduricalhos e benefícios que não existem no setor privado", afirmou.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/17/all.pdf>

# Inflação alta pressiona orçamento e reduz renda disponível das famílias

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Nos últimos meses, Karolina Nonato precisou reorganizar o seu orçamento doméstico: o carro deixou de fazer parte do dia a dia devido ao alto preço do combustível, a pesquisa em busca da comida mais barata aumentou e ela e a filha de 17 anos começaram a priorizar atividades gratuitas aos fins de semana.

"Houve muitos ajustes", conta a fisioterapeuta de 38 anos que vive no Ipiranga, zona sul de São Paulo, e trabalha com processos de qualidade no setor de tecnologia. "Claramente, houve um impacto negativo dos preços. Me atrapalha muito ter de direcionar um valor a mais para fazer a compra do mês, além do benefício que a empresa me dá, que já é bom.

Não é que eu compre muita coisa.

É realmente o básico." A sensação de perda do poder de compra não é exclusiva dela. A **inflação** elevada tem corroído o orçamento das famílias brasileiras e preocupado o governo, cuja aprovação medida pelo Instituto Datafolha caiu para 24%, a pior marca de todos os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No ano passado, a renda disponível diminuiu e inverteu a melhora observada em 2023.

Em dezembro de 2024, de cada R\$ 100 recebidos, as famílias tinham disponíveis R\$ 41,90 após gastar com itens essenciais, de acordo com um levantamento realizado pela consultoria Tendências. Em 2023, o valor que sobrava era de R\$ 42,40.

O tamanho da renda disponível é calculado pela consultoria com base numa cesta básica de consumo, que acompanha a **inflação** de itens considerados essenciais, como alimentação no domicílio, saúde, cuidados pessoais, transporte e educação.

"Todos os itens essenciais, principalmente os mais pesados, pressionaram muito em 2024", diz Isabela Tavares, economista da Tendências.

Nos cálculos da consultoria, a **inflação** dos itens essenciais encerrou o ano passado em 5,8%, acima dos 4,8% apurados no Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA). "É uma pressão bem forte." Em 2023, o orçamento das famílias ganhou algum fôlego devido ao impulso que recebeu em 2022, quando houve a redução do preço dos combustíveis no governo Jair Bolsonaro, em meio ao acirrado processo eleitoral.

Em dezembro daquele ano, a renda disponível das famílias era de 42,4% - ou seja, de cada R\$ 100 recebidos, sobravam R\$ 42,40.

"Agora, para 2025, acreditamos em uma estabilidade. A **inflação** de alguns itens essenciais deve desacelerar, como na parte de alimentos, mas ainda temos itens que pressionam bastante", diz Isabela. "E mesmo a alimentação segue num patamar ainda acima do IPCA geral. A **inflação** de itens essenciais deve fechar 2025 nos mesmos 5,8% de 2024. Por isso, a renda disponível deve continuar nesses patamares mais baixos."

Sob pressão

Levantamento indica que maior parte dos itens essenciais subiu em 2024, comprometendo a renda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Classes D e E têm folga de renda mais corroída pela alta dos preços

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

A deterioração do orçamento das famílias brasileiras é ainda mais gritante quando se analisa em detalhe a renda disponível por classe social. Com renda domiciliar de R\$ 3,4 mil, os brasileiros das classes D e E têm uma folga no orçamento de apenas R\$ 20,6 de cada R\$ 100 recebidos, segundo a análise realizada pela consultoria Tendências. No outro extremo, os brasileiros da classe A (com renda domiciliar de R\$ 25,2 mil) conseguem uma sobra de R\$ 51,5.

"A população de baixa renda tem de repensar suas compras, mudar a cesta de consumo, para poder caber dentro do seu orçamento", afirma Anna Carolina Gouveia, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) e responsável pela sondagem do consumidor.

As pesquisas do Ibre também têm servido de termômetro para capturar essa deterioração no orçamento das famílias.

O Índice de Confiança do Consumidor recuou pelo segundo mês seguido, para 86,2 pontos em janeiro, e chegou ao menor nível desde fevereiro de 2023 (85,7 pontos). Em dezembro e janeiro, a queda acumulada foi de oito pontos.

"Esses focos de **inflação** colocam o consumidor sob alerta", afirma Anna Carolina. "Além disso, houve o aumento da taxa de juros, o que vai complicar ainda mais o pagamento de dívidas. Tudo isso faz com que os consumidores fiquem mais pessimistas." **REFORÇO.** O Orçamento corroído pela **inflação** leva os consumidores a buscar formas alternativas para cobrir as despesas.

A fisioterapeuta Karoline Nonato, por exemplo, mora em uma casa que é dos pais e, com o orçamento apertado, só conseguiu voltar a cursar uma faculdade - agora de administração - porque recebe uma ajuda para pagar a mensalidade. "O mais difícil é manter esse fluxo de dinheiro para continuar pagando as mensalidades", diz.

Ela se beneficia de uma parceria que a faculdade firmou com a fintech Yolo Bank, criada em 2023. Por meio do uso da inteligência artificial, a empresa consegue prever a inadimplência e, dessa forma,

oferece um desconto mensal para o estudante que aceita ser cliente do banco - a receita da companhia é obtida com parte da redução da inadimplência das faculdades.

Com foco na população das classes B, C e D, a Yolo Bank tem 700 mil estudantes como clientes e acordo com 76 faculdades.

"Vemos espaço para chegar a 1,5 milhão de estudantes e a 100 universidades no segundo trimestre de 2026", afirma Mauro Yolo, CEO e fundador da fintech.

**PESSIMISMO MAIOR.** De qualquer forma, há hoje um pessimismo maior tanto em relação ao cenário atual quanto às expectativas futuras para a economia brasileira. Com a **inflação** em alta, no final de janeiro o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu um aumento de um ponto porcentual na taxa básica de juros, para 13,25% no mês passado. Na próxima reunião, em março, a expectativa é de que o Banco Central promova uma nova alta de mesma magnitude. No relatório Focus, elaborado semanalmente pelo BC, os analistas consultados projetam que a Selic deve terminar este ano em 15%.

"O que tem pegado para o consumidor é a **inflação** e a taxa de juros muito alta. Os juros não vão ser resolvidos de uma hora para outra. É um problema de mais longo prazo", afirma Anna Carolina. "Para ter uma retomada da confiança, é necessária uma melhora nos preços e a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

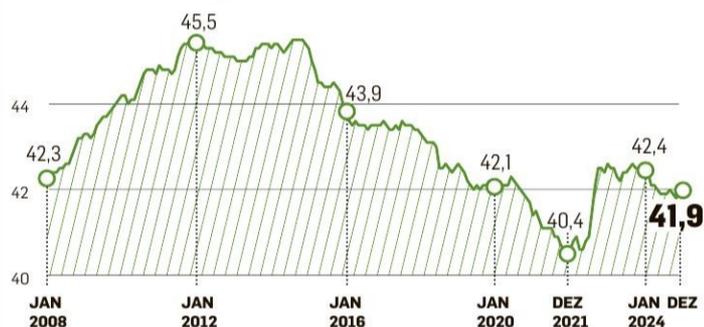
## EFEITO

**Inflação em alta consome fatia maior do orçamento das famílias**

### Pequena folga no orçamento

Em dezembro de 2024, de cada R\$ 100 recebidos, as famílias tinham disponíveis R\$ 41,9 depois de gastos com itens essenciais

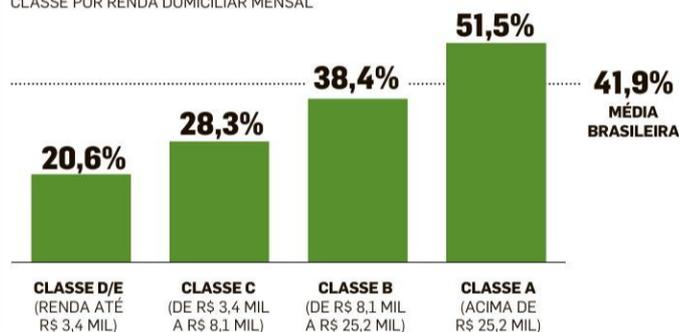
RENDA DISPONÍVEL EM PORCENTAGEM



### Renda disponível para cada classe

Classes D e E têm baixa folga no orçamento domiciliar com aumento da inflação

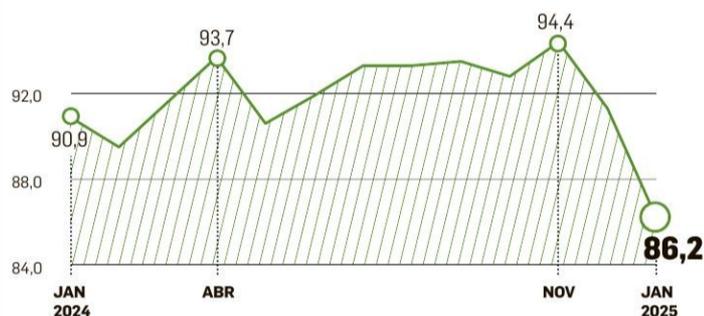
CLASSE POR RENDA DOMICILIAR MENSAL



### Pessimismo

Confiança do consumidor recuou oito pontos em dois meses

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR



FONTES TENDÊNCIAS CONSULTORIA E IBRE/FGV / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Centro e centro-direita dominam 18 Legislativos nos Estados e no DF

**BIANCA GOMES PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO**

A abertura dos trabalhos legislativos reafirmou o domínio de partidos de centro e centro-direita, que conquistaram o comando de 17 das 27 Casas Legislativas nos Estados e também no Distrito Federal. MDB e União Brasil foram os maiores vencedores, garantindo a presidência de cinco Casas cada. O estudo, obtido pelo Estadão, foi realizado pelo cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB).

O MDB ficou com as assembleias dos Estados de seus três governadores - Pará, Distrito Federal e Alagoas - e somou ainda Minas Gerais e Piauí. Já o União Brasil elegeu presidentes na assembleias de Goiás e do Amazonas, onde tem governadores, e também em três Estados onde não governa: Rio de Janeiro, Amapá e Espírito Santo. Juntos, partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, PSB e PDT, ficaram com o parlamento de só quatro Estados.

"Uma nova configuração de poder emerge no Brasil: partidos conservadores com maior capilaridade regional e esquerda com pouca representatividade, dominando apenas 15% dos comandos dos Legislativos estaduais", diz Medeiros. "Os partidos de centro e centro-direita, com menos radicalidade ideológica e mais moderação, devem predominar nas disputas dos Parlamentos estaduais e da Câmara dos Deputados no próximo pleito eleitoral. Algo já percebido pelas forças vitoriosas na eleição municipal."

Na maioria dos Estados, os presidentes eleitos para as Assembleias Legislativas são aliados dos governadores. Em grande parte dos casos, a disputa foi tranquila: segundo levantamento de Medeiros, 70% das Assembleias elegeram seus presidentes por unanimidade, com chapa única.

A exceção foi no Maranhão, onde os deputados Iracema Vale (PSB) e Othelino Neto (Solidariedade) receberam 21 votos cada. O critério de desempate foi a idade, e Iracema, que tem 57 anos, acabou reeleita para um mandato que se encerra em janeiro de 2027.

Nos demais Estados, o cenário foi de vitória tranquila. Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), por exemplo, o deputado estadual Rodrigo Bacellar

(União Brasil) foi reeleito com votos de todos os 70 deputados da Casa, reunindo apoio do PT ao PL. Em Minas, Tadeu Martins Leite (MDB) disputou sem concorrência e foi reeleito por unanimidade.

Minas está entre os poucos Estados - junto com Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Rio Grande do Norte - onde o comando da Assembleia ficou com um partido fora da base do governador, exigindo um esforço extra de articulação do Executivo estadual.

**DIFICULDADES.** A ausência de um aliado no comando da Casa tem custado caro ao governador Romeu Zema (Novo), que acumula um histórico de dificuldades na relação com a ALMG. No segundo mandato, ele tentou emplacar um deputado mais próximo para a presidência do Legislativo, mas precisou recuar e apoiar Tadeuzinho, como é conhecido o atual comandante da Casa.

O emedebista adota uma postura independente, o que reflete nos projetos do governo. A adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal e o aumento dos salários dos governadores e secretários foram aprovados, enquanto privatizações de estatais mineiras e a proposta para implementar o teto de gastos no governo estadual sequer foram colocadas em votação. Sem apoio, Zema recorreu a um decreto para limitar o crescimento das despesas à **inflação**, o que gerou desgastes também no Judiciário mineiro.

Na última semana, Tadeuzinho irritou Zema ao indicar

"Uma nova configuração de poder emerge no Brasil: partidos conservadores com maior capilaridade regional e esquerda com pouca representatividade, dominando apenas 15% dos comandos dos Legislativos estaduais" Murilo Medeiros Cientista político da UnB

aliados para o comando das principais comissões da Assembleia, preterindo nomes mais próximos ao governo. Em resposta, o governador trocou o secretário de Governo, responsável pela articulação política. O ex-deputado federal Marcelo Aro (PP) assumirá a pasta, tomando-se o terceiro a ocupar o cargo em pouco mais de dois anos.

**TENSÃO.** Em Pernambuco, o presidente da Assembleia,

Álvaro Porto, e a governadora Raquel Lyra, são do mesmo partido (PSDB), mas vivem uma relação tensa, que ficou evidente no ano passado. Como revelou a Coluna do Estadão, durante a reabertura dos trabalhos na Assembleia de 2024, Raquel discursou para os deputados, mas, ao deixar o plenário, foi alvo de uma crítica de Porto, que não percebeu o microfone ligado:

"E o discurso dela, eu enten-di nada. Conversou m... demais e não disse nada", disse o presidente da Casa. Em entrevista à Rádio Transamérica, Raquel afirmou ter sido vítima de violência política de gênero.

A governadora cogita deixar o PSDB e tem mantido conversas com partidos como o PSD. No entanto, um dos receios é que, ao deixar a sigla, Porto se torne um problema ainda maior para sua gestão.

União Brasil e MDB lideram o comando das Assembleias Legislativas, com cinco presidências cada. Na sequência, Republicanos e PSD aparecem com quatro. Já PL e PT, que protagonizaram a disputa presidencial mais acirrada da história recente, ficaram com apenas uma presidência estadual cada.

No Rio Grande do Sul, o PT assumiu a presidência da Assembleia como parte de um acordo com PP, MDB e Republicanos para um rodízio no comando da Casa. No Estado, o partido de Lula tem a maior bancada de deputados e é oposição ao governador Eduardo Leite (PSDB).

Já o PL tem tudo encaminhado para ficar com a Assembleia Legislativa de São Paulo, maior parlamento estadual da América Latina. O atual presidente da Casa, André do Prado (PL), reuniu apoio do PT e do PL para ser reconduzido ao cargo no próximo mês.

No ano passado, a Alesp aprovou uma PEC permitindo a reeleição de toda a Mesa Diretora, abrindo caminho para a recondução de André, que é cotado para vice de Tarcísio. O movimento segue uma tendência nacional: das 26 Assembleias, 20 já reconduziram seus presidentes - e São Paulo deve seguir pelo mesmo caminho.

#### Vitrine

O poder consolidado nas Casas legislativas é vitrine para lideranças políticas no cenário nacional

Segundo Medeiros, além de garantir influência no jogo de poder estadual, conquistar o comando da Assembleia Legislativa é uma vitrine para projetar lideranças políticas no cenário nacional.

"Muitos deputados estaduais ou distritais que ocupam

esse posto costumam alçar voos políticos maiores nas eleições subsequentes, seja disputando o mandato de deputado federal, seja mirando algum cargo majoritário", analisa ele.

Em alguns Estados, há reconduzidos que não estão na primeira reeleição, o que tem gerado questionamentos judiciais, já que o STF permite apenas uma recondução para as Mesas Diretoras.

Como mostrou o Estadão, na última terça-feira, o ministro do STF Gilmar Mendes determinou o afastamento do deputado estadual Adolfo Menezes (PSD) do cargo de presidente da Assembleia da Bahia. O relator considerou que a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia que manteve a recondução de Menezes ao cargo, violou o entendimento firmado pela Corte.\*

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Trump e o Fed - HENRIQUE MEIRELLES

**HENRIQUE MEIRELLES**

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Tratei aqui algumas vezes de um tema fundamental quando se fala de autoridades monetárias, que é a autonomia operacional. Bancos centrais precisam ser independentes de governos porque sua missão de manter a estabilidade da economia não pode estar sujeita aos interesses imediatos da política. O tempo da política é diferente do tempo da política monetária.

É fundamental voltar ao assunto depois da atitude do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que tentou intimidar o Federal Reserve.

Na semana passada, Trump publicou em uma rede social: "as taxas de juros devem ser reduzidas, o que deve acontecer junto com as iminentes tarifas!". Era um recado para o Fed, que mantém a taxa básica alta pelos padrões americanos diante da resiliência da inflação. Horas depois, em um testemunho no Congresso, o chairman do Fed, Jerome Powell, disse que não renunciaria por causa de Trump.

O Fed é um paradigma de autoridade monetária independente e Jerome Powell tem mandato até maio de 2026. Portanto, as palavras de Trump sobre política monetária podem fazer barulho, mas não terão efeito prático no momento - mas podem provocar temores quanto ao médio prazo.

Daqui um ano, Trump vai escolher entre reconduzir Powell ou indicar outro chairman. A escolha é fundamental para a saúde da economia americana, como mostra a história. Arthur Burns foi um chairman do Fed que obedecia aos projetos do presidente Richard Nixon; elevava os juros para conter a inflação, mas interrompia o movimento quando o baixo nível de atividade afetava a popularidade do presidente.

O resultado é que, entre 1968 e 1983, a inflação foi de 7,3% ao ano em média, um recorde para os padrões americanos. Só foi debelada com a dura política monetária do sucessor, Paul Volcker, que levou os juros a 20% ao ano, uma enormidade.

Jimmy Carter nomeou Volcker para o Fed sabendo o que ele faria. Enfrentou os efeitos da recessão causada pela política de Volcker. Houve uma inédita passeata contra o Fed na Pensilvania Avenue. Porém,

a inflação foi dominada e os Estados Unidos tiveram 20 anos de crescimento com inflação e juros baixos.

A política de Trump de impor tarifas de importação, como no caso do aço, tem potencial de causar inflação. Se isso acontecer, o Fed elevará os juros, o que levará à redução da atividade e do emprego no curto prazo - exatamente o oposto do que ele prometeu em sua campanha ao dizer que ressuscitaria a indústria. Autoridades monetárias, como o Fed, são independentes para proteger a economia de interesses imediatistas e dos humores políticos, até mesmo do presidente mais poderoso do mundo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O "suco amargo" da dívida pública (Editorial)

Recentemente, em evento na Casa das Garças, instituto que reúne a nata do pensamento econômico brasileiro, o ex-presidente do Banco Central (BC) Arminio Fraga afirmou que a autoridade monetária precisa de ajuda e que "só tem um lugar que pode ajudar, que é o fiscal".

A declaração foi dirigida ao atual comandante do BC, Gabriel Galípolo, personagem principal de seminário no instituto. Na visão de Arminio, Galípolo tomará um "suco amargo", uma vez que a dívida pública cresce velocemente.

Arminio tem razão. Como o governo não controla os gastos - ao contrário, o presidente Lula da Silva já disse que não adotará novas medidas fiscais -, resta ao BC aplicar o pesado remédio do juro alto, que funciona, concordam o atual e o ex-BC, mas mantém o País "na UTI", nas palavras de Arminio.

Daí o apelo de Arminio para que Galípolo tente convencer o Executivo de que a **inflação** não pode ser combatida unicamente por meio de uma política monetária restritiva, dado que o efeito colateral é a explosão do endividamento do governo.

Não faz muito tempo, o Tesouro Nacional divulgou que a Dívida Pública Federal (DPF) nominal totalizou R\$ 7,3 trilhões em 2024, 12,2% a mais que em 2023.

Trata-se da maior elevação desde 2020, quando a dívida saltou 17,9% em meio à emergência sanitária da covid-19.

Para 2025, as estimativas também são de dívida nas alturas. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro, a DPF deve crescer entre 10% e 16% neste ano, encerrando o ano em patamar entre R\$ 8 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. Confirmada a previsão, o estoque da dívida no fim deste ano terá praticamente dobrado em relação ao que era em 2019 (R\$ 4,3 trilhões).

Embora a taxa básica de juros seja o principal vetor do aumento da DPF, fato é que a Selic só está tão elevada para compensar os gastos excessivos do Executivo.

E, com uma taxa de juros tão elevada, não há como a composição da dívida não piorar. Sinal claríssimo

disso é que o PAF de 2025 prevê que o percentual de títulos do Tesouro com taxas flutuantes (pós-fixados) fique entre 48% e 52% no fim deste ano. Desde 2023, a parcela desses títulos na composição da dívida só aumenta, e tanto o volume como o perfil da dívida se deterioram.

Por ora, já está contratado que a Selic subirá mais um ponto percentual, para 14,25%, quando o Comitê de Política Monetária se reunir em março, mas a trajetória da **inflação** sugere que os juros precisarão subir ainda mais.

Além disso, o quadro externo tampouco oferece ajuda - a **inflação** nos Estados Unidos acelerou em janeiro, o que reduz as chances de o Fed (o banco central norteamericano) baixar os juros, pressionando ainda mais o BC brasileiro.

Tudo somado, sem que o Executivo se ajude, a eficácia do choque de juros ficará comprometida, mesmo com o endividamento em patamar estratosférico. Se isso ocorrer, é líquido e certo que as hostes petistas seguirão culpando o remédio (a Selic elevada) e desacreditando o diagnóstico (o governo é gastador). Quando o paciente é negacionista e recusa a própria responsabilidade no tratamento, não há remédio que resolva.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A inflação de alimentos incomoda - e as pressões não se limitam a ela - SERGIO LAMUCCI

## SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

A **inflação** de alimentos continua na berlinda. Os preços de comida em casa sobem com força desde 2019, com exceção da queda de 0,5% registrada em 2023. O aumento expressivo das cotações desses produtos afeta especialmente o poder de compra dos consumidores de baixa renda, sendo um dos principais motivos para o tombo da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apontado por pesquisa do Datafolha divulgada na sexta-feira: a aprovação do governo caiu de 35% para 24%. Neste ano, a alta do grupo alimentação no domicílio deve ficar entre 6,5% e 7%, um pouco abaixo dos 8,2% do ano passado, mas ainda assim um aumento nada desprezível - e, pior, que se dá em cima de uma base já elevada. Uma safra maior, um clima menos adverso e alguma valorização do câmbio contribuem para um salto menor desses preços, mas o alívio não deverá ser dos maiores.

Além disso, as pressões não se limitam à comida entre os preços livres - elas alcançam também os serviços e os bens industriais. Para completar, os preços administrados, como tarifas públicas, deverão subir mais neste ano do que em 2024. A **inflação** geral não chega a ser explosiva, mas incomoda e segue distante da meta perseguida pelo Banco Central (BC), de 3% em 2025, deve ficar entre 5,5% e 6%.

De janeiro de 2019 a janeiro de 2025, as cotações da alimentação no domicílio no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançaram quase 70%. O nível de preços dos alimentos está muito alto, atingindo a capacidade de consumo dos mais pobres, que gastam uma parte maior do orçamento com comida. No primeiro ano do governo Lula, em 2023, os alimentos em casa tiveram uma queda de 0,5%, mas esse pequeno recuo se deu depois de uma alta de 56% do grupo nos quatro anos anteriores, no governo de Jair Bolsonaro. Em 2024, os preços voltaram a subir com força, avançando 8,2%. Para este ano, o

economista Fábio Romão, da LCA 4Intelligence, espera um avanço menos intenso, mas ainda assim projeta um avanço de 6,7% para alimentação no domicílio.

"A nossa expectativa é de uma safra maior, junto com uma moderação dos preços dos alimentos in natura, em um cenário com bem menos intempéries climáticas do que em 2024, mitigando os reajustes de alimentos em 2025", diz Romão. Um dólar menos caro também ajuda a segurar um pouco a **inflação** da comida, ainda que em menor proporção do que em outros produtos, afirma ele.

O comportamento da cesta básica de alimentos em janeiro, coletada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ajuda a entender a perda de popularidade de Lula no Nordeste, o seu principal reduto eleitoral. No Datafolha mais recente, a aprovação do governo caiu de 49% para 33% na região. Das seis capitais nordestinas que aparecem na pesquisa, em cinco o aumento anual do valor da cesta básica foi maior que a alta de 7,51% do salário mínimo, observa o economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero. As variações foram de 13,28% em Fortaleza, 10,52% em João Pessoa,

10,14% em Natal, 8,76% em Recife e 8,13% em Aracaju - em Salvador, o aumento foi de 4,55%. "A cesta de comida aumentou mais onde pesa mais", diz Montero.

O governo fica indócil com a queda da aprovação de Lula, e o risco é que idéias econômicas ruins voltem a ser cogitadas. Em 22 de janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a administração federal faria uma "intervenção" nos preços dos alimentos, voltando atrás rapidamente, depois da má repercussão das declarações. A safra recorde vai auxiliar a conter a alta da comida, ao aumentar a oferta de produtos. Além disso, um dólar mais baixo, se mantido por um período prolongado, também ajuda.

O governo poderia contribuir com esse processo se reduzisse as incertezas sobre as contas públicas. Isso tenderia a fazer a moeda americana recuar - mais e de

modo mais firme, o que tiraria gás da alta de preços - também da **inflação** de alimentos, mas principalmente da de bens industriais. Para prazos mais longos, obras de infraestrutura que diminuam o custo de escoamento da produção agrícola podem dar alguma contribuição. Já iniciativas voluntaristas, como intervenção ou congelamento de preços, não apenas não funcionariam como aumentariam a incerteza.

Após fechar 2023 com alta de 1,1%, os preços dos bens industriais tiveram aumento de 2,9% em 2024, devendo subir 4,1% em 2025, estima Romão. A **inflação** dos serviços também tem acelerado. No ano passado, fechou em 4,8% e, nos 12 meses até janeiro, a alta acumulada já passou para 5,6%. Romão acredita que os preços de serviços poderão subir 6,3% neste ano, devido a um mercado de trabalho ainda robusto, mesmo com a alta da Selic em curso - a taxa está em 13,25% ao ano, e pode chegar a 15%.

Por fim, os preços administrados deverão ganhar força. Romão projeta avanço de 5,7% para esse grupo, depois da alta de 4,8% em 2024. Ao citar os principais motivos para os reajustes mais expressivos dos administrados, ele ressalta os aumentos em tarifas de transporte público e taxas de água e esgoto, no ano seguinte às eleições municipais, a alta importante esperada para energia elétrica residencial e a recente elevação do óleo diesel.

Nesse cenário, a **inflação** em 2025 deveria acelerar-. Romão projeta aumento do IPCA de 5,6% neste ano, depois da alta de 4,83% em 2024. Em vez de se aproximar, a variação do indicador vai ficar mais longe da meta de 3%. Embora ainda distante dos dois dígitos, é desconfortável. Como a inércia inflacionária é elevada no Brasil, um IPCA na casa de 5,5% a 6% pressionará mais a **inflação** de 2026. O que pode segurar um pouco o IPCA neste ano é uma eventual desaceleração mais forte da economia, devido aos juros muito altos. Mas as projeções, por ora, apontam para um IPCA em 2025 nesse intervalo.

O melhor que o governo pode fazer é dar uma resposta fiscal firme, indicando a disposição de conter o ritmo de expansão das despesas obrigatórias. Isso contribuiria para derrubar o dólar. Nesse quadro, a **inflação** corrente e as expectativas para o IPCA neste ano e nos próximos poderiam cair, exigindo altas menores da Selic. Esse é o caminho que o governo deveria adotar para combater a **inflação** de modo estrutural. Não existem atalhos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2>

# Era Trump leva governo a recalibrar política externa

**Fabio Murakawa e Renan Truffi De Brasília**

O isolacionismo promovido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e a força com que tem jogado contra o sistema multilateral estão levando o Brasil a recalibrar a estratégia de sua política externa. Interlocutores em Brasília afirmam que o foco em reformar os organismos multilaterais, dando maior peso às nações emergentes, está aos poucos migrando para a garantir a sobrevivência do próprio sistema construído no pós-Segunda Guerra Mundial e no pós-Guerra Fria.

Um exemplo: a histórica reivindicação brasileira de inserir mais nações no Conselho de Segurança da ONU ficou mais distante, mas ainda interessa ao Brasil que o colegiado seja enfraquecido o menos possível. Outros casos são os da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Tribunal Penal Internacional (TPI) e das negociações em tomo do clima.

Em discurso no início do mês na Fundação Getulio Vargas (FGV), o chanceler Mauro Vieira externou essa preocupação. "O agravamento das desigualdades em todo o mundo suscita diferentes reações na etapa atual. Dá ensejo, por um lado, à causa da reforma da ordem mundial, de que o Brasil é um antigo advogado. Mas dá ensejo, também, à tentação de desmonte da ordem, não raro nas próprias praças em que ela foi concebida e que mais se beneficiaram dela", disse o ministro. "O noticiário recente no campo comercial - com uma profusão de medidas protecionistas e de intimidação unilateral por meio de tarifas - coloca em evidência esse processo."

A reforma da ONU segue sendo um tema central para o Brasil. Mas segundo uma graduada fonte diplomática, "o mais central no momento é que o sistema não desmorone". Antes, diz, "era uma questão de reformar o sistema para melhorar; agora, de garantir a sobrevivência".

O atual contexto conturbado, com Trump, um conflito armado entre Rússia e Ucrânia e a rivalidade global entre China e EUA, cria outras "emergências", na visão de fontes no Palácio do Planalto e no Itamaraty.

Uma dessas emergências é a questão do clima. Com os Estados Unidos se retirando do Acordo de Paris - outra medida adotada por Trump-, o Brasil tenta

assegurar que não haja um contágio que possa comprometer, inclusive, a COP30, que terá sede em Belém, em novembro.

Outra emergência a ser tratada é o sistema multilateral de comércio, já combalido há anos com o enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na visão da diplomacia brasileira, embora esse sistema esteja funcionando mal, pior seria a implosão total das regras, com os países replicando as medidas unilaterais dos EUA uns contra os outros.

O Brasil tentara usar fóruns como o Brics e o G20 para fortalecer o multilateralismo, a fim de contra-arrastar a influência de Trump. No caso do Brics, tentará usar a cúpula de julho, no Rio, para impulsionar pautas relativas à COP30 e estimular a cooperação entre os países-membros.

O Itamaraty trabalha no momento para que uma "condenação ao unilateralismo" esteja no texto final da cúpula do Brics, ainda que dificilmente haja uma menção direta aos Estados Unidos.

Além disso, o Brasil está costurando um pacto interno nos Brics para que haja uma "trégua comercial". Segundo uma fonte envolvida nas conversas, seria "uma espécie de acordo de cavaleiros em que esses países evitam também tomar medidas unilaterais entre si".

O Itamaraty também tentará convencer os demais países para que o grupo de nações emergentes leve à cúpula do clima em Belém, em novembro, uma proposta unificada de financiamento para mitigar os efeitos das mudanças do clima, estimado em US\$ 1,3 trilhão.

O Brasil ainda quer convencer os parceiros de grupo a apresentar suas NDCs (o compromisso climático que cada país assume no âmbito do Acordo de Paris) o mais rápido possível. O prazo encerrou-se no dia 10, com apenas 13 dos 195 signatários enviando seus compromissos.

Fontes em Brasília ponderam que a estratégia para os EUA de Trump pode ser temporária, uma vez que o mandato é de 4 anos e ele não pode ser reeleito. E também creem que as medidas protecionistas terão

efeitos negativo sobre o emprego e a inflação, gerando resistência interna.

Assim, ele pode recuar de medidas como a recente taxaço do aço e do etanol brasileiros. O que não deve mudar, no entanto, é a inclinação de Trump de negociar bilateralmente com cada um de seus parceiros e minar o sistema multilateral.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# PIB mais fraco é consenso, mas ritmo é dúvida

**Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo**

O comportamento da atividade deve ganhar atenção maior dos analistas em 2025, não porque outras variáveis da economia, como os preços, estejam exatamente sob controle, mas porque entender se, quando e como a desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) acontecerá será fundamental para avaliar o funcionamento da política monetária, a possibilidade de convergência da **inflação** para a meta e uma eventual reação do governo. Por ora, economistas demonstram divergências sobre os primeiros sinais de desaceleração.

"A atividade é um indicador para o qual está todo mundo de olho neste ano, para ver se vai surpreender ou não, para cima ou para baixo. Deveríamos esperar esse arrefecimento. A grande questão é se veremos isso em maior ou menor grau. Parece que a desaceleração está contratada, de certa forma, principalmente nos setores mais cíclicos", afirma Cecilia Machado, economista-chefe do Bocom BBM.

Segundo ela, um conjunto de dados amplo mostrou um quarto trimestre de 2024 mais fraco, com uma arrefecimento da atividade consistente com a dinâmica de elevação de juros, perda de poder de compra das famílias e menor impulso fiscal no fim do ano. Alguns indicadores de mercado de trabalho vieram mais fracos do que o esperado para o período, diz, mas no mercado de crédito, embora se possa ver efeitos da elevação de juros nas taxas às empresas e consumidores, a desaceleração ainda não ficou clara na concessão nem nos níveis de inadimplência, em um contexto de endividamento alto. Esses outros efeitos no crédito, diz Machado, ainda são esperados para o decorrer de 2025.

Todas as pesquisas setoriais do IBGE registraram queda em dezembro do ano passado, ante novembro: no varejo ampliado (-1,1%), nos serviços (-0,5%) e na indústria (-0,3%). No quarto trimestre de 2024, o varejo ampliado caiu 0,4%, ante o terceiro, e a produção industrial recuou 0,1%, enquanto os serviços ainda subiram 0,8%.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela Pnad, do IBGE, ficou em 6,2% no trimestre até dezembro de 2024, enquanto a mediana do Valor Data apontava 6%. Já no Caged, que

considera apenas o emprego formal, houve fechamento líquido de 535,6 mil vagas em dezembro do ano passado, ante estimativa mediana negativa em 405,3 mil postos.

Após a divulgação dos dados agregados da atividade no fim de 2024, o J.P. Morgan informou que revisou para baixo sua estimativa de **PIB** no quarto trimestre e disse

de ano", afirma Cristiano Oliveira, diretor de pesquisa econômica do Pine. "Interessante notar que os dados oficiais de atividade do IBGE para dezembro também captaram desaceleração não antecipada pelo mercado. Apesar de considerar ainda prematuro falar em "tuning point" [ponto de inflexão], o "nowcast favorece a ideia de que a atividade pode ter passado pelo melhor momento em meados do ano passado", afirma.

Rodrigo Nishicla, economista da LCA 4intelligence, pondera que os indicadores antecedentes da atividade em dezembro apresentaram resultados bastante negativos, sugerindo ainda mais fraqueza nos setores do que os números oficiais do IBGE mostraram. "O que estamos vendo nos indicadores antecedentes de janeiro é que esse ritmo não teve continuidade, aquele começo de deterioração não perdurou para o início do ano. Se tivesse, teríamos de projetar **PIB** com resultados bem piores", diz.

Com dados preliminares, o nowcast da Galapagos Capital sugere uma pequena desaceleração do **PIB** para 0,5% no primeiro trimestre de 2025, de 0,6% no quarto trimestre de 2024 - um número que já foi ao redor de 1%. "É uma economia desacelerando, mas ainda em ritmo forte", afirma a economista-chefe Tatiana Pinheiro.

Para Claudia Moreno, economista do C6 Bank, que projeta um **PIB** de 0,4% no quarto trimestre de 2024 (número em linha com monitores como da XP e do ABC Brasil), os dados do fim do ano passado vieram até um pouco mais fortes do que o estimado. "Esperávamos uma desaceleração um pouquinho maior e, na verdade, estamos vendo uma desaceleração

que seu acompanhamento da atividade em alta frequência sugere "mais riscos de baixa" para sua

previsão de **PIB** no primeiro trimestre de 2025. Embora reconheça o risco de baixa para o crescimento deste ano, os economistas do banco não mudaram suas previsões porque os dados relacionados a negócios têm enfraquecido consistentemente, mas os sinais do consumo são mais ambíguos, dizem.

"Começa a acender a luz amarela de que, talvez, realmente, a economia brasileira tenha começado a desacelerar antes do que esperávamos. Achávamos que íamos entrar em 2025 sobre um patamar mais elevado", afirma Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. Ele projeta alta de 1,5% para o **PIB** no primeiro trimestre de 2025, ante o último de 2024, quando espera que a economia tenha crescido 0,5% - esse número tinha viés de alta para quase 0,8%. "Mas, agora, não temos essa gordura", diz Leal.

A desaceleração da atividade ao longo de 2025 não deve ser linear, observa. Alguns impulsos de renda, como o ajuste de 7,5% no salário mínimo - com impacto para quase 60 milhões de brasileiros, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) -, podem sustentar o consumo no primeiro trimestre, com reflexos para serviços e comércio, e "dar um suspiro" para a atividade, diz Leal.

Além disso, a contribuição da agropecuária no início do ano será muito favorável diante da possibilidade de uma nova safra recorde, e a indústria extrativa também pode surpreender, sobretudo em petróleo e gás. "A gente deve ter dado uma barrigada no quarto trimestre de 2024 e vamos acelerar no primeiro de 2025", afirma Leal.

Se concretizada sua previsão de alta de 3,5% do **PIB** em 2024, a "herança estatística" para 2025 será de 1,1 ponto percentual (p.p.). "Então, o crescimento em 2025, considerando minha projeção de 2,3%, será, na verdade, de 1,2 p.p., sendo mais da metade do agro", afirma.

Considerando a parte mais cíclica do **PIB**, ou seja, sem a agropecuária, o "nowcast" (ferramenta para acompanhamento da atividade em tempo real) do Banco Pine mostra crescimento de apenas 0,2% do **PIB** no primeiro trimestre de 2025, ante o último de 2024.

"Tem mostrado desaceleração maior que a esperada neste início moderada do **PIB**", afirma.

Pinheiro nota que os indicadores de confiança de janeiro da FGV, de fato, ficaram abaixo do padrão histórico anterior à pandemia. "São informações de que alguma coisa pode estar começando a acontecer",

afirma.

Outros indicadores antecedentes do mês, no entanto, apontam para direções opostas, diz Laura Moraes, economista da Neo Investimentos. "Não é muito conclusivo para nós que teremos uma desaceleração, que isso continua. Pelo menos com os dados em mãos, não consigo concluir que estamos em trajetória muito negativa."

Segundo Pinheiro, o comportamento da atividade será "a prova do pudim" para a política monetária apertada. "Veremos o crédito desacelerar com o efeito da política monetária e isso chegará ao consumo, que bate no **PIB**, no desemprego, mas vemos isso acontecendo mais ao fim de 2025 e entrando mais em 2026", diz Moraes.

O Santander calcula que o impulso do crédito à atividade em 2024 ficou em torno de quatro pontos percentuais do **PIB**. Para 2025, a expectativa é que a política monetária apertada e um impulso fiscal em 12 meses negativo ao longo do ano levem esse impulso para um campo neutro. "É importante para a atividade e, especialmente, o consumo esfriarem, reduzindo a pressão inflacionária em um contexto em que ela continuará acima do teto da meta até meados do ano", dizem os economistas Henrique Danyi, Ítalo Franca e Gabriel Couto em estudo do Santander.

Esse cenário, no entanto, enfrenta riscos ascendentes, alertam. Eles estimam que a ampliação da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, por exemplo, aumentaria o crescimento real da massa salarial em 0,5 p.p., com implicações para o crédito, o consumo e projeções de **PIB** de 0,2 a 0,3 p.p. maiores.

A grande pergunta hoje em dia, diz Moraes, da Neo, é como o governo reagirá ao ver a atividade desacelerando e piorando em ano eleitoral. "Podemos ver uma tentação muito grande para o governo - não só o central, mas também os Estados - fazer políticas contracíclicas", afirma. No fim, diz, ter mais impulso à atividade significará para o BC postergar o início do corte de juros. "(O presidente] Lula fala muito da roda gigante rodar. Achamos que isso acabará compensando um pouco a desaceleração imposta pela Selic elevada", afirma Moreno, do C6.

Na avaliação da equipe da AZ Quest, o governo parece buscar um "plano perfeito": desacelerar a atividade agora e abrir espaço para corte de juros na virada para 2026, ano eleitoral. "Mas tem que ser um plano muito perfeito. E não sabemos o tempo exato das coisas", diz o economista Lucas Barbosa.

**Site:**

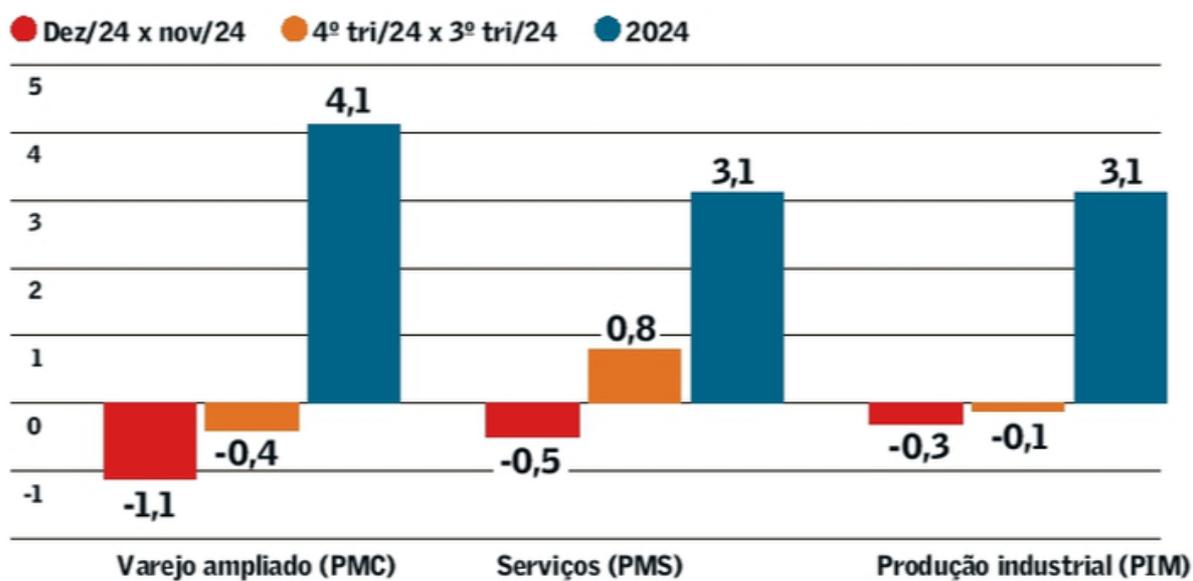
<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8>

**&section=2**

## Sinais mistos

Economistas têm dúvidas sobre desaceleração da atividade

### Variação de indicadores agregados do IBGE - em %



### Indicadores antecedentes e coincidentes de jan/25, ante dez/24, com ajuste sazonal - em % (exceto quando indicado)

Produção de caminhões e ônibus (Anfavea)	-7
Licenciamento de veículos novos	-5
Nível de Utilização da Capacidade Instalada (FGV)	-3
IGet varejo ampliado (Santander/Getnet)	-0,9
IGet serviços (Santander/Getnet)	-0,1
Idat-atividade (Itaú Unibanco)	0,3
Carga de energia (ONS)	1
Fluxo pedagiado de veículos pesados (ABCR)	3
Expedição de caixas, acessórios e chapas (Empapel)	3
Produção de automóveis e comerciais leves (Anfavea)	4
PMI indústria (S&P Global)	+0,3 ponto, para 50,7
Índice de confiança empresarial (FGV)	-2 pontos, para 94,8
Índice de confiança do consumidor (FGV)	-3 pontos, para 91,3
PMI serviços (S&P Global)	-4 pontos, para 47,6

Fontes: IBGE, LCA 4intelligence, S&P Global, Santander/Getnet, Itaú Unibanco

# Brasil rumo para até dois anos de estagflação, diz UBS BB

**Anais Fernandes De São Paulo**

A combinação de fatores de baixo crescimento, indicadores econômicos em deterioração e **inflação** persistente sugere que o Brasil caminha para estagflação em 2025 e 2026, defendem Alexandre de Ázara, Rodrigo Martins e Fabio Ramos, do UBS BB, em um relatório.

Ao Valor Ázara, que é o economista-chefe, cita o enfraquecimento de motores do crescimento, dados econômicos recentes decepcionantes e a perspectiva de **inflação** acima do teto de tolerância da meta, de 4,5%, até março de 2026. "Uma recessão jogaria a **inflação** para baixo mais rapidamente, mas não estamos discutindo isso", diz.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Por que estimam **PIB** abaixo do consenso de 2% em 2025?

Ázara: Já tem dois meses que eu comecei a ficar desconfiado de que o **PIB** ia ser menor. Era uma intuição, porque muita coisa que ajudou em 2024 não deve ajudar mais. Não estamos falando em recessão, é crescimento de 1,3%, abaixo do potencial, que é de uns 2%. Acho que os economistas estão mais reticentes de fazer projeção de desaceleração porque todos nós erramos. Nos últimos cinco anos, a atividade foi melhor que o esperado em cerca de 2 pontos percentuais (p.p). Mas agente precisava começar a ver nos dados.

Valor: E viram?

Ázara: Os indicadores de confiança da FGV de janeiro estão indicando queda. A confiança do consumidor afundou, foi um choque grande. Mas todos os indicadores de confiança tiveram a mesma direção para baixo. Todos os indicadores de atividade desde novembro foram mais fracos, inclusive no mercado de trabalho. Além disso, o índice de incerteza, também da FGV, começou a piorar; a taxa de câmbio depreciou para caramba; e a alta grande da taxa de juros fez com que o custo de oportunidade subisse.

Valor: Quais são os elementos que não vão mais ajudar o **PIB**?

Ázara: O investimento voltou a crescer em 2024. Para 2025, esperamos que ele fique de lado. O consumo acelerou em 2024. Para mim, foram os precatórios, que não vão ser pagos na mesma quantidade este ano. Não precisa cair salário e emprego, só de ter menos transferência é menos renda disponível às famílias. Esperamos uma curva mais comportada do consumo em 2025. É a primeira vez desde a pandemia que os dois vão desacelerar ao mesmo tempo. A estagflação é os componentes do **PIB** ficando mais horizontais.

Valor: E a parte da **inflação**?

Ázara: Achamos que a **inflação** vai ficar acima do teto da meta nos próximos 13 meses. Temos projeção menor que o consenso, de 5% no fim de 2025, contra 5,5%. Mas mesmo eu, que vejo uma atividade mais fraca, não vejo a **inflação** voltar. Demora para **inflação** ser afetada pela atividade. Uma recessão jogaria a **inflação** para baixo mais rapidamente, mas não estamos discutindo isso. Essa desaceleração não é suficiente para fazer uma convergência rápida da **inflação**. Outro ponto é que as expectativas estão em um patamar muito alto, demora mais tempo para os preços caírem. Além disso, teve o choque de câmbio. A estagflação é exatamente isso. Nós vamos conviver um ano, um ano e meio, talvez dois, com **inflação** alta e crescimento baixo.

Valor: Como fica o Banco Central nesse cenário?

Ázara: O BC vai ter um teste de responsabilidade importante. Ele olha e pensa: deixa eu fazer o **PIB** voltar para o potencial, a **inflação** acelerar mais e diminuir o poder de compra da população, ou cuido da **inflação** e deixo a economia sofrer um pouco mais e não posso fazer nada sobre esse crescimento? A resposta é a segunda. Mas não é fácil. Se eu fosse do BC, daria mais uma alta de 1 ponto percentual em maio, ganharia credibilidade.

"Desaceleração não é suficiente para convergência rápida da **inflação**" Alexandre de Azara

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2>

# Vilão da inflação em 2024, preço da carne bovina começa a recuar

Um dos vilões da **inflação** em 2024, o preço da carne bovina começa a dar sinais de queda para o consumidor doméstico, em um movimento que deve se estender por todo o primeiro semestre. Ganho de produtividade e abate de fêmeas explicam a tendência num ano com expectativa de virada no ciclo pecuário para menor oferta de gado. Além disso, a abertura de novos mercados para a carne brasileira pode contribuir com o equilíbrio dos preços internos.

O valor da arroba do boi, que chegou a superar os R\$ 350 em novembro passado no Estado de São Paulo, caiu para a casa dos R\$ 320 e os preços de cortes bovinos já recuam. No atacado da grande São Paulo, o quilo da picanha baixou 8,28% em 30 dias (até a quinta-feira, 13), segundo a Scot Consultoria. A alcatra com maminha caiu 4,26% e o contrafilé baixou 3,97%.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) projeta aumento de até 10% nas vendas externas de carne bovina em 2025, para perto de 3,3 milhões de toneladas. O desempenho pode vir mediante a conquista de mercados importantes com os quais o Brasil está em negociação: Vietnã, Japão, Turquia e Coreia do Sul.

Mas o aumento esperado das exportações não deve significar menor oferta de carne no mercado doméstico, segundo a Abiec. Ao Valor, o presidente da associação, Roberto Perosa, disse que disponibilidade de gado será ajustada ao longo do ano, em função da virada de ciclo, mas o abastecimento de animais aos frigoríficos e de carne ao consumidor final, interno e externo, seguirá normal.

Isso porque, em sua avaliação, a safra recorde de grãos deve melhorar as condições para o confinamento e a terminação dos bovinos, o que pode incrementar o rendimento das carcaças e ajudar no balanço final de produção de carne. "Nós vamos aumentar a produtividade face a uma redução do custo da matéria-prima", disse Perosa.

Afora os ganhos de produtividade, a maior parte dos produtos exportados pelos frigoríficos brasileiros, como cortes do dianteiro e miúdos (língua, coração, bucho, tripa), não é muito consumida no Brasil, portanto não há uma concorrência com o

produto destinado ao mercado interno, segundo o

executivo.

"A exportação é um fator de equilíbrio do preço final do boi aqui no país. A venda desses produtos para a Ásia, que paga mais por eles, tira a pressão sobre o custo dos cortes consumidos aqui, como filé mignon e picanha", disse. "Quanto mais exportamos, melhor para a composição de preço de custo do frigorífico. Por isso temos que incentivar a abertura de novos mercados. A exportação é determinante para o frigorífico, se ele vai ter uma margem positiva ou negativa", acrescentou.

Para o head de Agro, Alimentos e Bebidas da XP, Leonardo Alencar, o aumento do descarte de fêmeas sem prenhez nesta época do ano também deve fazer com que a oferta de carne cresça e os preços permaneçam mais controlados por todo o primeiro semestre de 2025.

"A dúvida é como ficarão as métricas de produção e abate no ano, como um todo. A expectativa é que caia o abate, mas suba o peso médio dos animais", disse o especialista da XP.

Maurício Palma Nogueira, di-retor-executivo da consultoria Athenagro, diverge sobre a expectativa de restrição de oferta de animais para abate neste ano e também aponta ganhos de produtividade. "O rebanho está ficando mais jovem, estamos agregando produtividade e girando mais rápido. Isso faz com que possamos colocar uma quantidade maior de fêmeas no mercado sem comprometer o rebanho", afirmou.

Ele destacou que esta será a primeira virada de ciclo pecuário após a entrada da carne brasileira no mercado chinês, o que deve gerar reflexos diferentes dos observados até então. "Ao que tudo indica, a pecuária parece estar pronta para responder em maior velocidade, o que pode limitar maiores altas nos preços aos consumidores", disse o especialista.

"A resposta em produção de carne para os próximos meses tende a ser mais rápida quando comparada a outros períodos de inversão no ciclo de preços", acrescentou.

Assim, Nogueira vê espaço para oscilações na cotação da arroba ao criador e no preço da carne bovina na ponta, mas em ritmo menor que em 2024.

Segundo ele, há expectativas de algum reajuste após o período de chuvas, mas com previsão de estabilidade ao fim deste ano.

Perosa, da Abiec, que também espera preços mais equilibrados para a carne no mercado doméstico, admite que ampliar as exportações em 10% "é factível, mas não é fácil". Ainda que não venham as aberturas almejadas, pode haver incremento nas vendas para Chile e México, e fortalecimento dos negócios com o Oriente Médio, disse. Há uma expectativa especial com Vietnã e Japão, países que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai visitar nas próximas semanas e pelos quais o presidente da Abiec passou nos últimos dias.

Cesar de Castro Alves, gerente da Consultoria Agro do Itaú BBA, disse que o banco prevê avanço entre 2% e 5% para os embarques do produto em 2025, embora esse número possa crescer se houver abertura de mercado.

Para Alencar, da XP, é muito difícil chegar a uma alta de 10% na exportação, mesmo com os ganhos de produtividade esperados para a pecuária bovina que favoreçam a produção de carne.

Em 2024, o Brasil registrou recorde nas exportações, com o embarque de 2,87 milhões de toneladas, o equivalente a 32% da produção total.

Para os Estados Unidos, segundo maior mercado depois da China, a cota de 65 mil toneladas de carne bovina isentas que o Brasil compartilha com outros nove países já foi atingida em 15 de janeiro, o que mostra a força da demanda. Oswaldo Ribeiro Júnior, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), disse que "não irá faltar produto para os dois mercados, interno e externo".

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# Mercado revê apostas para Selic com sinais de esfriamento da atividade

**Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo**

Os primeiros sinais de desaceleração da atividade econômica do Brasil vêm chamando a atenção dos participantes do mercado e contribuíram para um movimento de queda expressiva nas taxas dos juros futuros nas últimas semanas. Ainda que parte do recuo esteja ligada a uma menor perspectiva de risco de uma guerra tarifária global, o enfraquecimento da economia adiciona incertezas sobre a trajetória da Selic após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de março, para a qual já foi sinalizada mais uma alta de 1 ponto percentual na taxa. Hoje, o juro básico está em 13,25%.

Agentes de mercado começam a revisar para baixo suas estimativas para os juros ao fim do ciclo de aperto monetário e se mostram dispostos a apostar na queda das taxas futuras, especialmente nas de curto prazo, mais sensíveis às perspectivas para a política monetária.

Após o Copom colocar no balanço de riscos a chance de uma desaceleração econômica doméstica mais acentuada, a divulgação de indicadores abaixo do esperado no Brasil provocou uma forte descompressão da curva de juros doméstica. Os números mais fracos do mercado de trabalho em dezembro se somaram aos resultados abaixo da expectativa da indústria, do comércio e dos serviços em novembro e em dezembro.

O resultado foi uma queda expressiva dos juros de curto prazo: a taxa do DI para janeiro de 2026, que começou o ano em 15,37%, agora está em 14,87%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 passou de 15,89% para 14,8%. A Selic precificada pelo mercado, que no fim do ano passado chegou a ultrapassar 17%, agora já ronda os 15,25% - patamar que já se aproxima da projeção mediana do Boletim Focus, de 15%.

A discussão sobre a perda de tração da economia, inclusive, foi tema central nas reuniões do Banco Central com economistas realizadas na sexta-feira no Rio de Janeiro. De acordo com relatos colhidos pelo Valor, grande parte dos presentes disse esperar uma desaceleração nos componentes mais cíclicos da economia, que devem começar a sofrer os efeitos de uma política monetária contracionista. Ainda assim, a

perspectiva sobre a reação do Copom ao cenário é mais difusa, à medida que parte da economia, sustentada pelo agro-negócio, deve se manter aquecida no primeiro trimestre e, de certa maneira, mascarar os efeitos do enfraquecimento da atividade.

"Alguns participantes insinuaram que o cenário pode ser um gatilho para a condução da política monetária. A partir do momento em que essa tendência de desaceleração ficar clara, pode dar um pouco mais de alívio para o Banco Central definir o que é essa taxa final e como eles vão parar de subir os juros", afirmou um dos presentes, que pediu para não ser identificado. Houve a ponderação sobre os impactos da questão fiscal na atividade e o crescimento dos riscos de utilização da política parafiscal para mitigar a eventual desaceleração.

Parte do mercado passou a reduzir suas estimativas para a Selic nos últimos dias. A Tenax Capital alterou sua projeção de 15,50% para 15%. Segundo a economista-chefe da gestora, Débora Nogueira, o risco ainda parece inclinado para baixo, com maior probabilidade de a taxa parar em 14,75% do que superar os 15,25%.

"Desde o **comunicado** do Copom, temos afirmado que o risco passou a ser maior de revisão para baixo da Selic no fim do ciclo do que para cima. O fator mais relevante para essa mudança foi a inclusão da atividade doméstica no lado baixista [que favorece a queda da **inflação**] do balanço de riscos. Desde então, tivemos uma sequência de dados fracos de atividade, que corroboram nossa visão de desaceleração. Embora não adicionem pressão baixista adicional sobre a atividade, são evidências concretas de sua acomodação."

O Inter também fez movimento semelhante, reduzindo sua projeção de Selic de 15% para 14,75%. "Os sinais de desaceleração da atividade e a acomodação do câmbio em R\$ 5,80 são os principais fatores para uma pausa no ciclo a partir de junho", diz a economista-chefe, Rafaela Vitória.

De acordo com ela, no cenário atual, ainda há risco de uma desaceleração mais acentuada da atividade levando a uma pausa já em maio, com a Selic final em 14,25%. "Nesse cenário alternativo, a execução do orçamento público considera os cortes de gastos

anunciados e resultaria em um menor impulso fiscal, elevando a potência da política monetária considerando o choque de juros já implementado - alta de 3,75 pontos percentuais na Selic e um juro real estimado de quase 10% para os próximos 12 meses, com impacto mais significativo na oferta de crédito."

Ao mesmo tempo, gestores têm aproveitado o movimento para apostar em uma queda adicional das taxas futuras no mercado local de juros. Segundo o diretor de renda fixa e multimercados da Schroders Brasil, Huang Seen, houve uma piora muito expressiva dos mercados locais em dezembro, momento em que a curva de juros chegou a embutir nos preços uma Selic acima de 17%. Com a postura dura adotada pelo Banco Central, a redução dos ruídos com o recesso parlamentar e com as perspectivas menos negativas para a política tarifária de Donald Trump, houve um alívio para os mercados.

"Mas, nas últimas duas ou três semanas, alguns dados de atividade parecem sugerir uma desaceleração econômica, ainda que seja cedo para dizer o quanto acentuado será esse processo. Há várias divergências, mesmo entre analistas, mas estamos vendo nos dados de alta frequência, nos números de sentimento e no "hard data" números mais fracos, como os de varejo, serviços e emprego", nota Seen. "A grande incógnita é saber se essa atividade mais fraca e esse ambiente externo menos hostil e de dólar mais baixo podem se traduzir em um encerramento do ciclo de alta de juros antes do esperado. Isso, claro, se não tivermos uma deterioração fiscal no curto prazo."

Assim, a Schroders tem mantido posições aplicadas em juros nominais e em juros reais. "Com os dados de atividade mais fracos e o dólar voltando para R\$ 5,70, temos mantido essas posições aplicadas em juros nominais. Os níveis de inflação "implícita" chegaram a bater 7% e começaram a cair um pouco, estão mais próximos de 6,5%. Entendemos que, nesse cenário em que o dólar se estabelece abaixo de R\$ 6, talvez haja espaço para esse prêmio de inflação ter um pouco mais de compressão", avalia.

Para o executivo da Schroders, é possível que haja uma retirada adicional desses prêmios de risco nos mercados. "Começamos a encurtar um pouco as posições. Com os dados de atividade mais fracos, existe a possibilidade de o BC ter que, eventualmente, encerrar o ciclo de aperto com uma Selic menor do que os níveis pre-cificados", afirma, ponderando que o posicionamento é tático.

O estrategista Ivan Riveros, do Citi, nota que a curva de juros brasileira ganhou inclinação neste mês, ou seja, a diferença entre as taxas de longo prazo e os juros mais curtos aumentou, na medida em que os

indicadores passaram a mostrar uma desaceleração gradual da economia.

Com uma ponta curta "ancorada", dados que mostram um de-saquecimento gradual da economia e o retorno do Congresso Nacional após o recesso, "o fluxo de notícias começará a aumentar em relação ao projeto do Imposto de Renda, com o governo ativamente disposto a avançar com uma isenção fiscal maior, o que gerará preocupações em relação à pressão de demanda sobre a inflação", afirma Riveros.

Há, no entanto, aqueles que demonstram uma cautela maior diante da possibilidade de os sinais de desaceleração da atividade não se converterem em uma tendência clara. Fabio Guarda, sócio e gestor da Gala-pagos Capital, diz que o cenário ainda não está materializado nos dados, ainda que seja esperado que o ambiente de juros reais elevados traga efeitos à economia em algum momento.

"Pode-se começar a desenhar um pouco esse cenário de que a gente pode, de fato, entrar em uma desaceleração mais robusta da economia. Isso sim deveria afetar o emprego, comprar um pouco de folga no mercado de trabalho e, com mais desemprego, menos pressão na inflação e uma inflação mais controlada. Mas isso vai levar tempo e, até a materialização desses dados, eu acho que seria temerário o BC dizer que irá encerrar o ciclo com a alta de 1 ponto em março", afirma.

Segundo ele, a gestão da Gala-pagos trabalha com uma possibilidade de redução no nível de atividade e que isso seria propício para apostar na queda dos juros futuros. Mas é algo que ainda não está presente. "Trabalhamos com um cenário de que pode haver uma desaceleração mais contundente e que isso ensejaria que os prêmios na curva de juros fossem menores. Mas ainda é muito incipiente e bastante precoce para adotarmos isso como cenário-ba-se. Tanto que no posicionamento dos produtos não estamos abertamente recebendo [apostando na queda] dos juros locais ou eventualmente comprados em real. Boa parte das posições está no exterior", afirma.

A leitura é semelhante à da JGR Segundo o sócio e gestor de multimercados, Eduardo Cotrim, e do economista-chefe da instituição, Fernando Rocha, apesar dos dados mais fracos da economia em dezembro, há indicativos de que os números das atividades em janeiro não estão assim tão fracos.

"Vieram dados mais fracos em dezembro, mas não estamos comprando a ideia de que a economia vai descera ladeira. No mercado de trabalho, os dados de massa salarial ainda são bastante fortes. No início do ano, haverá o reajuste do salário mínimo, que ajuda a

sustentar os gastos, e esperamos uma safra boa, em que há algum transbordo para outras atividades em termos de renda", apontam.

Nesse ambiente, Cotrim revela manter algumas posições "tomadas" na curva de juros, ou seja, aposta na alta das taxas, e compradas em dólar. "O mercado viu os dados de atividade mais fracos, mas ainda estamos enxergando uma atividade relativamente saudável, com um crescimento do **PIB** de 2% neste ano. Com o dólar mais calmo e os juros mais calmos, a chance de termos uma economia mais organizada e o crescimento se sustentar também é maior", diz.

Rocha, da JGP, afirma que seu cenário-base para a Selic se mantém em 15,5%, mas diz que, no momento, os riscos à sua projeção estão inclinados para baixo. "Se ele vê a atividade esfriando um pouco, fica um pouco mais confortável para ir sinalizando a pausa. Estamos numa fase em que as coisas estão muito incertas e vai depender muito de como virão os próximos dados de **inflação**. Mas vejo como pouco provável a hipótese dele parar o ciclo nos 14,25%", diz.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**

# Reforma ministerial é mais problema do que solução

A **reforma ministerial** volta a ser tema em Brasília, como meio para resolver as fragilidades políticas do governo. Não é só no PT que a falação sobre reforma dá problema e gera conflito. Nos partidos que aspiram ministérios e nos que já comandam ministérios, também. A roda de cadeiras de ministros raramente funcionou. Na atual conjuntura, nomear ministros de partidos que têm influência no bloco majoritário que domina a Câmara e o Senado garante menos apoio no Legislativo do que no passado. São partidos sem compromisso algum de lealdade, cujo voto é movido a emendas.

Como o Congresso controla a maior parte das emendas, não há incentivos legais e legítimos para que eles apoiem as propostas do governo. A demanda dos parlamentares nem é mais por emendas, é pelo controle sobre elas sem maiores interferências e avaliações. Essa transferência da execução de parte do orçamento para o Legislativo está sob julgamento no Supremo Tribunal Federal. A pressão sobre o governo é para que ele não apoie as decisões do STF sobre transparência e limites à discricionariedade das alocações dos recursos pelos deputados.

As reclamações de excesso de ministérios para o PT e de desproporcionalidade entre os partidos da coalizão pressupõem que todos tenham grau de apoio ao governo similar. Mas isso não acontece. Os partidos do bloco da esquerda e o MDB, tradicional aliado, se alinham mais com as propostas do governo. Os partidos do Centrão, como União, Republicanos e PP, não dão nenhuma garantia firme de apoio. O PSD tem posição oscilante. No momento, está mais afastado do governo e mais próximo da ultradireita. Seu presidente, Gilberto Kassab, parece confuso sobre qual identidade quer para o partido, se de um partido equi-

librado de centro-direita, ocupando o vazio deixado pelo PSDB no eixo da disputa presidencial, se de um partido de direita com apoio da extrema-direita, para ocupar o lugar de Bolsonaro, inelegível. É o que explica suas declarações contraditórias. Sempre foi um político astuto, mas agora está em um dilema que não consegue resolver. Eu diria que as duas figuras que ilustram o dilema de Kassab são o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

O governo Lula tem problemas, alguns bastante evidentes, e não se resumem a questões de comunicação. Mas suas maiores fragilidades estão no Congresso, onde é minoritário, em um plenário dominado por um grupo de partidos invertebrados, visão muito estreita, oportunistas e predadores do Orçamento público. Bancadas de tamanho mediano e facionadas só formam maiorias oportunistas e instáveis. O presidente não tem como unir as facções partidárias em uma maioria coesa. Esse poder foi de Arthur Lira, quando presidente da Câmara, ainda no governo Bolsonaro. Com o orçamento secreto, ele passou a comandar essa maioria amorfa. A proibição do orçamento secreto pela então ministra do STF Rosa Weber, que teve o apoio do plenário, foi o gatilho que gerou a crise das emendas que ainda não se resolveu. A operação política, ainda sob comando de Arthur Lira, foi substituir o orçamento secreto, que permitia a distribuição de recursos públicos com zero transparência, pelo controle das emendas, tentando manter o máximo de discricionariedade e anonimato na sua alocação. O risco é abrir espaço para corrupção.

A **reforma política** pode melhorar a relação do governo com a sociedade organizada que o apoia e com os eleitores fiéis, muitos descontentes com o desconforto econômico continuado. Mas é pequena a possibilidade de que melhore a chamada articulação política com o Legislativo. Isso dependerá de alguns fatores ainda incipientes. O principal deles é o grau de comando que os novos presidentes das Casas do Congresso, Hugo Motta e Davi Alcolumbre, terão sobre as bancadas. Alcolumbre já presidiu o Senado, tem agenda própria madura, é possível que consiga o mesmo poder de agenda que teve Rodrigo Pacheco. Hugo Motta é ainda uma incógnita, não se deve tomar sua votação recorde como parâmetro para a influência e o poder que exercerá. Ainda não é possível dizer se conseguirá ser tão poderoso como Arthur Lira, ou mais vulnerável às pressões do Centrão, do qual, como seu antecessor, é parte, e da oposição que concentra os apoiadores de Bolsonaro e a extrema-direita. Um mau sinal foram suas primeiras declarações negando a óbvia e demonstrada tentativa de golpe e sobre anistia aos golpistas. Deveria ler o relatório da Polícia Federal.

## Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG

**Reforma ministerial** é mais problema do que solução

**Site:**

**[https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien  
se/2025/02/17/all.pdf](https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien<br/>se/2025/02/17/all.pdf)**

# CPIs de temas sensíveis para o governo Lula estão nas mãos de Alcolumbre

**Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília**

Senadores independentes e de oposição já reuniram as 27 assinaturas necessárias para a instalação de duas comissões parlamentares de inquérito com potencial de atrapalhar a agenda do governo na Casa. Uma das CPIs busca investigar a situação financeira dos Correios, estatal com maior déficit em 2024, enquanto outra tem como foco o combate ao crime organizado.

Agora, a decisão da instalação e do início dos trabalhos dos colegiados cabe ao novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Nos bastidores, os requerimentos são vistos como um dos primeiros testes de como Alcolumbre, eleito com o apoio da base do governo Lula e também da oposição, vai se equilibrar durante este biênio.

Se instalada, a CPI do Crime Organizado funcionará em meio à tentativa do Executivo de avançar nas discussões sobre a proposta do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, de ampliar os instrumentos do governo federal no enfrentamento às facções. Além disso, a segurança pública é um dos temas que mais preocupam os eleitores, segundo as pesquisas de opinião e avaliação de governo.

Já a comissão que tem como alvo os Correios tem como pano de fundo as discussões sobre a sustentabilidade das contas públicas. A estatal apresentou déficit de R\$ 3,178 bilhões, o que corresponde a mais da metade do déficit total das estatais no ano passado, que foi de R\$ 6,313 bilhões. Em outra frente, a oposição também pretende explorar o tema junto ao imaginário do eleitorado devido a denúncias envolvendo a empresa no primeiro mandato de Lula, as quais culminaram em outra CPMI e no escândalo do mensalão.

Autor do requerimento, o senador Márcio Bittar (União Brasil-AC) explicou ao Valor que a ideia inicial era investigar a gestão e a governança de todas as estatais, mas que precisou reduzir o escopo para viabilizar a CPI.

"O assunto [das estatais] é muito grave. Se eu propusesse uma coisa muito ampla, ficaria mais difícil. Por que os Correios? Porque é o maior de todos os rombos", disse.

O parlamentar diz confiar que Alcolumbre irá fazer a leitura do requerimento em plenário, abrindo caminho para a instalação da CPI. Perguntado sobre os recentes gestos do presidente do Senado ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Bittar disse que o amapaense está com "um pé em cada canoa" e precisa atender a direita já pensando em uma eventual reeleição.

"O problema é que o Davi pensa na reeleição e todo mundo sabe que a direita vai aumentar muito o número de senadores em 2026. Então, Davi vai andar no meio. Vai ajudar o governo em algumas medidas, até porque ele é o articulador de demandas no Senado, mas ele vai ter que fazer alguns gestos para a direita", argumentou Bittar.

Na semana passada, em um evento do governo no Amapá, Alcolumbre reafirmou seu compromisso como presidente do Congresso de ajudar Lula "em tudo o que o governo desejar".

Por outro lado, a oposição aposta no desejo de Alcolumbre em colocar um aliado no comando dos Correios. O atual presidente da estatal, Fabiano Silva dos Santos, é uma indicação do Prerrogativas, grupo de juristas ligados a Lula.

Já a CPI do Crime Organizado, proposta pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), tem a adesão de 31 senadores para "apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias".

Vieira disse ao Valor que a comissão tem o aval do presidente do Senado "desde o começo" e acredita que a CPI deve ser instalada na volta dos trabalhos, com a leitura do requerimento em plenário, quando os trabalhos legislativos devem começar para valer. "A gente imagina que seja uma coisa breve, porque é uma pauta importante e atual."

Segundo apurou o Valor, a iniciativa tem a simpatia de Alcolumbre. A proposta de Vieira é ouvir especialistas e quem está na "linha de frente" do combate ao crime organizado, além de ir atrás de entender as políticas dos Estados que têm baixos índices de violência. Ele não descarta ainda chamar autoridades do governo para audiências durante os trabalhos da comissão.

Vieira vê a CPI como um espaço para fazer o diagnóstico da situação do crime organizado no país e reunir sugestões de possíveis mudanças na legislação sobre o tema. Diferentemente de outros parlamentares, ele não vê possíveis dificuldades para a tramitação no Senado da PEC da Segurança elaborada pelo Ministério da Justiça. Mas acredita que as propostas ali contidas precisam ser incrementadas.

Em meio à expectativa em relação à **reforma ministerial**, setores da base passaram a defender um desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O senador do MDB concorda com o diagnóstico de que ter uma pasta unicamente para tratar de segurança pública seria "importante", mas pondera que esse "não será o foco da CPI".

Neste momento, o Senado conta com duas CPIs em funcionamento: a das Bets e a da Manipulação de Apostas Esportivas. Esta última já teve seu relatório publicado e deve ser prorrogada por mais 45 dias para que os senadores possam votar o parecer final.

Diferentemente da Câmara, que limita o número de CPIs funcionando simultaneamente a cinco, o Senado não tem esse limite. Ou seja, mesmo com duas CPIs já instaladas, em tese as requisitadas neste início de ano podem começar seus trabalhos.

Através da assessoria, os Correios não quis comentar sobre a possível CPI. A estatal, no entanto, diz que o déficit "é reflexo de sucateamento e atrasos que essa gestão vai mudar com inovação". Procurados, os líderes do governo no Senado e no Congresso, Jaques Wagner (PT-BA) e Randolfe Rodrigues (PT-AP), não retornaram ao contato da reportagem.

"Por que os correios? Porque é o maior de todos os rombos" Márcio Bittar

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188119?page=8&section=2)**